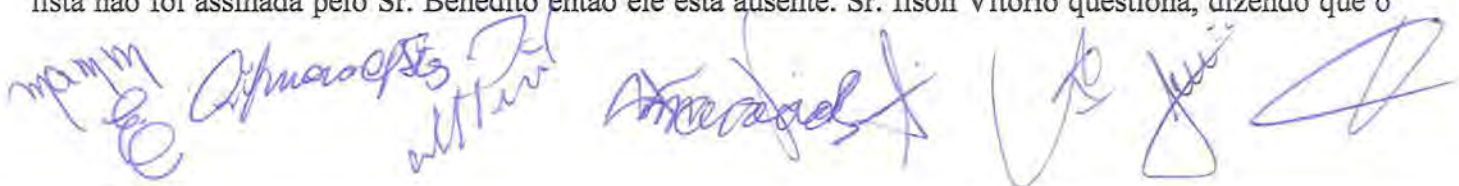


ATA 577 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMUS- Conselho Municipal de Saúde de Caraguatatuba, realizada no dia **13 de novembro de 2019**, às 14 horas, no Auditório da Secretaria de Saúde no 1º Andar, na Av. Maranhão nº 451, Jardim Primavera. **Conselheiros presentes:** Representantes do Poder Público: Sr. André Luís da Silva Leandro (titular), Sr. Adriano Fernandes Gazalli (suplente), Sra. Priscila Meyer (titular), Sr. Fábio de Souza Cabral (suplente); Representante das Entidades Filantrópicas – Prestadora de Serviço ao SUS: Sra. Elen Rosi Martins (titular); Representantes dos Profissionais da Saúde: Sra. Maria do Amparo de M. Manoukian e Sra. Ceci de Oliveira Penteado (suplente); Representantes das Entidades ou Associações de Assistência à Saúde: Sr. José Aparecido dos Santos (titular); Representantes das Sociedades Amigos de Bairros: Sra. Cilmara de Oliveira dos Santos (titular); Representantes das Entidades e Associações de Representantes de Deficiência e/ou Patologia: Sr. Mário Penteado (titular); Representantes dos Conselhos Gestores das Unidades: Sr. Ilson Vitório de Souza (titular) e Sr. Edson Mendes do Amaral; Representante de Entidades ou Associações dos Aposentados do Município: Sra. Maria Aparecida Waack (suplente); Representante dos Sindicatos ou Associações Patronais do Município: Sr. Eduardo Meirelles (titular). **Ouvintes presentes:** Não houve. **Ausências justificadas:** Sra. Sônia Maria Fante e Sra. Edna Ueda Yoshimoto. A reunião extraordinária foi conduzida pela Presidente Priscila Meyer que confere a lista para a confirmação de quórum. A Sra. Presidente cumprimenta os Srs. Conselheiros, apresenta a convocação para reunião ordinária e expõem aos Srs. Conselheiros que todas as Atas em atraso de 11/09/2019, 27/09/2019 e também da reunião passada 09/10/2019, já estão disponíveis aos mesmos. Coloca que nas Atas nº 573, 574 e 575 não houve questionamento e abre ao Srs. Conselheiros a oportunidade de se expressarem. O Sr. Ilson Vitorio conta que, recebeu a Ata nº 574 no dia anterior, a Sra. Presidente o corrige, dizendo que foi enviada a Ata de nº 575, as Atas nº 573 e 574 foram encaminhadas na sexta-feira. O Sr. Ilson Vitorio diz que recebeu as Atas às 17h00 e acrescenta que as Atas foram feitas com apreço, abrangendo praticamente todas as inquirições de forma que os Conselheiros gostam, porém pondera que por falta de apreciação em relação às expressões por não estar vinculado com as mesmas, acaba saindo outras expressões e espera que isto seja melhorado. A Sra. Presidente esclarece, dizendo que já providenciou um estagiário, que ele ficará na secretaria executiva, explica que foi o mesmo quem fez a maior parte das Atas, sendo muito zeloso e colocando também os erros que o Conselho comete enquanto fala, conclui dizendo que as Atas foram escritas na íntegra e que foi passado para Sra. Nádia e Sra. Priscila para ser feita a correção, porém alguns erros passaram, diz que ele não tem tantas habilidades com Ata e muitas coisas devem ser aprimoradas. O Sr. Ilson Vitório, ratifica os termos levantados pela Sra. Presidente e diz que esta também foi sua fala e solicita que quando houver expressões para apreciá-las e de maneira evidente e confirmá-las. A Sra. Nádia solicita ao Sr. Ilson Vitório que aponte a Ata e a linha onde ocorreu a falta de apreciação. Sr. Ilson diz que tem essa dificuldade por estar numa idade mais avançada, confirma as palavras da Sra. Presidente, dizendo que as Atas foram feitas na íntegra e que nesta forma o agrada. O Sr. Ilson Vitório coloca que a Sra. Presidente traria uma verificação em 30 dias dos contratos do Hospital Stella Maris para demonstrar se foi seguido de forma cabal. Sr. Ilson Vitório alega que foi apresentado e ratificado por ele, que os documentos não foram apresentados ao Conselho, nem mesmo em termos das Atas foi comprovado. A vossa senhoria atribuiu-se com o compromisso de fazer um levantamento e expor para apreciação, conhecimento e também se o Conselho aprova ou não, diz o Sr. Ilson Vitório. Em retorno ao Sr. Ilson Vitório, a Sra. Presidente diz que ainda não obteve respostas, já exigiu da Secretaria, e a mesma ficou de agendar a reunião da Comissão para semana que vem. O Sr. André Luiz divulga aos Srs. Conselheiros que irão convocar, porque antes haverá uma reunião técnica que provavelmente será na quarta-feira às 10h00. Sra. Presidente fala que a Comissão cobrou a Secretaria, então a Secretaria disse que passaria primeiro para Comissão a documentação e depois mandaria para o Conselho para ser repassado para os membros. Sr. Ilson Vitório coloca que os documentos ainda não foram para o Conselho ainda. Sra. Presidente diz que o

47 contrato foi enviado para Comissão e já está no Conselho. Sra. Presidente pergunta para a Sra. Nádia se o
48 contrato da Santa Casa, referente à obra está disponível. Sr Ilson Vitório, pergunta se o contrato e o termo
49 aditivo estão no Conselho. A Sra. Presidente diz que mandou no e-mail do Sr. Ilson Vitório os
50 documentos a qual se referiu. Sr. Ilson Vitório diz que os documentos devem ser apreciados, votados e
51 aprovados pelo Conselho e também que as cláusulas e as propostas se tornem públicas, pois até hoje não
52 se tornou. Sra. Presidente diz que o contrato e a justificativa de repasse da obra entre outros documentos
53 já foram para o Conselho e já foram encaminhados para o Sr. Ilson Vitório, conclui falando que, esses
54 documentos e os demais serão apreciados na reunião da Comissão e depois irão para o Conselho. Sr.
55 Ilson Vitório solicita novamente que fique consignado à necessidade de se apreciar e se discutir no
56 Conselho os termos dos contratos, entre o município e a contratada e entre o hospital e a contratada. A
57 Sra. Presidente diz que o Sr. Ilson Vitório já tem posse desses documentos e que o pedido já foi
58 encaminhando para a Secretaria. Sr. Ilson Vitório contesta diz que a fala da Sra. Presidente está registrada
59 garantindo que já havia sido aprovado e debatido, porém o Sr. Ilson Vitório afirma ter contestado,
60 repetindo de todas as formas, que o contrato não havia sido passado no Conselho. Sendo assim o Sr. Ilson
61 Vitório diz que no dia da reunião a palavra da Sra. Presidente não foi comprovada, mas sim a do mesmo.
62 Então o Sr. Ilson Vitório finalizando seu argumento requisita novamente que seu pedido seja consignado
63 em Ata agora com conhecimento do Secretário, e mesmo com o período de obra já ter se iniciado, o
64 contrato não passou nem fora aprovada pelos Conselheiros, desta forma há risco da obra ser paralisada
65 por ordem judicial, pois o documento não está amparado pela legalidade. Sra. Presidente diz que irá
66 levantar a Ata de Janeiro e solicita que suas palavras sejam registradas também. Sr. Ilson Vitório se
67 manifesta dizendo que a Sra. Presidente já havia dito isso, desta forma a Sra. Presidente redargui o Sr.
68 Ilson Vitório dizendo que, em Janeiro a documentação foi enviada para o Conselho e foi passado em
69 Janeiro no Rio do Ouro e na Santa Casa. Sr. André Luiz pede a palavra para Sra. Presidente e argumenta
70 dizendo que apesar do Sr. Ilson Vitório dizer que o documento não foi apreciado pelo pleno, a proposta e
71 a ação de governo junto com a Santa Casa foi aprovada pelo pleno no Plano Municipal de Saúde, sendo
72 assim não foi feita licitação sem ser inquirida pelo pleno do Conselho, sendo assim, foi aprovado o
73 aumento de 54 (cinquenta e quatro) leitos na Santa Casa. Sr. Ilson Vitório contesta o Sr. André Luiz, diz
74 entender que não permuta sendo assim não se torna legal. Sr. André Luiz replica dizendo que respeita a
75 opinião do Sr. Ilson Vitório. Sr. Ilson Vitório diz também respeitar a opinião do Sr. André Luiz, porém
76 para ele continua ilegal. A Sra. Presidente pergunta aos senhores Conselheiros se as Atas nº 573, 574 e
77 575 podem ser aprovadas. Sr. Ilson Vitório se abstém do seu voto nas Atas nº 573 e 574, argumentando
78 que não estava presente, ele pergunta a Sra. Presidente quem era o Sr. Benedito que consta em Ata e
79 também faz alusão ao Sr. Alexandre, o Sr. Ilson Vitório diz que o Sr. Alexandre foi destituído pelo
80 Conselho Gestor, diz ter cópia da Ata em que está registrado isso e também fala que a Ata já foi enviada
81 para o Conselho e que reiterou várias vezes, então Sr. Ilson Vitório pergunta para a Sra. Presidente se o
82 Sr. Benedito não seria quem representava o hospital São Camilo. Em resposta ao questionamento do Sr.
83 Ilson Vitório a Sra. Presidente diz que o Sr. Benedito faz parte da PRONESP, que ele não comparece
84 mais ao Conselho e pergunta ao Sr. Ilson Vitório se é o Sr. Benedito Rafael Rodrigues Neto ao qual se
85 refere. Sr. Ilson Vitório confirma e diz que nunca o viu no Conselho. A Sra. Presidente replica ser porque
86 ele é suplente e não se apresentou novamente ao Conselho. Sr Ilson diz novamente que nunca o viu o Sr.
87 Benedito no Conselho. A Sra. Presidente questiona o Sr. Ilson Vitório perguntando se ele está procurando
88 discutir sobre a quantidade de Conselheiros. O Sr. Ilson Vitório argumenta, fala que o Sr. Benedito não
89 pode estar constando na lista das Atas. Então a Sra. Presidente pergunta para a Sra. Nádia se o Sr.
90 Benedito esta realmente constando nas Atas. Desta forma a Sra. Nádia responde para a Sra. Presidente
91 que apenas fica constando o nome do Sr. Benedito na lista, como ausente. Sr. André Luiz menciona que a
92 lista não foi assinada pelo Sr. Benedito então ele está ausente. Sr. Ilson Vitório questiona, dizendo que o



93 Sr. Benedito não faz parte do Conselho, então qual seria o motivo de alguém que não faz parte do
 94 Conselho estar na lista de presença, completa seu argumento dizendo que é o mesmo caso do Sr.
 95 Alexandre. A Sra. Presidente atribui ao Sr. Ilson Vitório que na empregabilidade de Secretário da Mesa
 96 Diretora, será passado a ele as Atas, e conclui, o senhor confere as Atas, logo após passaremos para a
 97 plenária. Sendo assim o Sr. Ilson Vitório expõe que, não reconhece nenhum ato na qual não tenha
 98 compartilhado com a plenária e diz também que não tem se incomodado para fazer. A Sra. Presidente
 99 então diz ao Conselho que as Atas serão encaminhadas para o Secretário da Mesa, para que ele possa
 100 conferir toda a documentação primeiro antes de ir ao plenário. É feita uma votação para a APROVAÇÃO
 101 DAS ATAS Nº 573, 574 E 575. Votos favoráveis: Sr. Amauri, Sr. André, Sra. Priscila, Sra. Elen, Sra.
 102 Maria do Amparo, Sr. José Aparecido, Sra. Cilmara, Sr. Mario, Sr. Edson, Sra. Maria Aparecida, Sr.
 103 Eduardo. Votos Contrários: Sr. Ilson Vitório. **FICANDO ASSIM AS ATAS Nº 573, 574 E 575**
 104 **APROVADAS. Leitura de informes: Ofício nº 1.132/2019 – GS/SESAU – Resposta ofício nº**
 105 **044/2019 – COMUS:** Referente às Portarias de Gratificações de Encargos Especiais e Funções
 106 Gratificadas; é uma reivindicação do Conselho, pois a Comissão da Folha de Pagamento já tem acesso a
 107 algumas portarias, então foi solicitado ao pleno o acesso a todas as portarias, foi disponibilizado um
 108 calhamaço e que também foi mandado por e-mail para quem tivesse interesse. Desde 01/01/2014 até a
 109 presente data, todas as portarias estão no calhamaço. Sr. Ilson Vitório coloca que embora o pedido fosse
 110 reinterado, da parte do próprio e diz que todos são testemunhas e está registrado em Ata, o Sr. Ilson
 111 Vitório, assegura que não recebeu até agora o calhamaço. A Sra. Presidente pergunta para Sra. Nádia se
 112 ela não havia dado um calhamaço ao Sr. Ilson Vitório. A Sra. Nádia responde que deu. Sr. Ilson Vitório
 113 continua, diz que não houve nem resposta em seu e-mail. Sra. Presidente questiona o Sr. Ilson Vitório,
 114 perguntando se ele não recebeu o e-mail com o calhamaço. Sr. Ilson Vitório responde para a Sra.
 115 Presidente, que está dizendo que não. Sra. Presidente pergunta, questiona novamente o Sr. Ilson Vitório, e
 116 agora o senhor tem um calhamaço de folhas. O Sr. Ilson Vitório diz que nesta ocasião sim. Sra. Nádia diz
 117 ao Sr. Ilson Vitório que recebeu uma confirmação na sexta-feira dizendo que a mensagem foi entregue ao
 118 mesmo. Sr. Ilson Vitório retruca a Sra. Nádia dizendo que garante que não recebeu os e-mails, diz
 119 também que se propõem a apresentar o próprio computador para ser analisado pela perícia. Sra.
 120 Presidente diz que replicou todos os e-mails e todas as portarias estão no calhamaço que foi entregue aos
 121 senhores Conselheiros. Sr. Ilson Vitório diz que se todas as portarias estiverem no arquivo ficará
 122 satisfeito. Sr. Amauri solicita que a Sra. Nádia junto a Sra. Presidente façam cópias de todos os
 123 documentos que o Sr. Ilson Vitório requisitar, dizendo não ser possível toda reunião o Sr. Ilson Vitório
 124 dizer que não recebeu os documentos anexados no e-mails. O Sr. Edson usa como premissa a questão
 125 colocada pelo Sr. Amauri, diz que em relações a cópias, sempre esteve disponível, desde o começo do
 126 Conselho. Sra. Presidente continua com a leitura dos informes. **Ata nº 09/2019 Comissão Eleitoral**
 127 **(Aguardando parecer da SAJUR);** Reunião da comissão eleitoral 2020/2021. No dia 30 de Outubro de
 128 2019 às 16h30 estiveram presentes na reunião na Secretaria Municipal da Saúde, os membros da
 129 Comissão Eleitoral; Sr. Adriano Fernandes, Sra. Nilma, Sra. Cilmara, Sra. Priscila Presidente do
 130 Conselho. A Sra. Presidente informa que recebeu a defesa do Sr. José Luiz das Neves em resposta a
 131 solicitação da reunião anterior. Em análise aos documentos foram verificados alguns apontamentos
 132 direcionando a Comissão e a Presidente do Conselho Municipal de Saúde que causou estranheza uma vez
 133 que foi dado acesso ao Sr. José Luiz das Neves as denúncias recebidas através do e-mail do COMUS e da
 134 Ouvidoria do Município, o mesmo prontamente, mesmo o denunciante estando com o pseudônimo
 135 anônimo, diz que já sabia de quem se tratava o denunciante, afirma que se trata de um advogado Sr.
 136 Alexandre da Silva. Verbalizou que já havia tido alguns problemas pessoais anteriores com o
 137 denunciante. No documento apresentado o Sr. José Luiz das Neves afirma que a Presidente do COMUS e
 138 que a Comissão Eleitoral estariam cometendo precluso a sua candidatura junto ao COMUS e realiza

139 varias acusações, insinuações e ameaças veladas e cita inclusive que irá solicitar anulação do processo
140 eleitoral. Foi publicado no dia 10/10/2019, no site da Prefeitura os habilitados para a eleição COMUS
141 observando a composição de vagas de casa segmento, na publicação das inscrições finais, a sua
142 candidatura foi publicada como suspensa conforme o edital de convocação da eleição do COMUS (anexo
143 1). O mesmo alega que o processo e o teor da denúncia que tramita junto ao Ministério Público estão
144 extintos, porém na denúncia recebida anteriormente foi informado que o processo se encontra em trâmite,
145 a comissão em reunião anterior solicitou que o mesmo apresentasse certidão (AVEC) e concedeu prazo de
146 até dia 30/10/2019, porém em sua defesa, o mesmo não apresentou a referida certidão. A Presidente
147 apresentou varias publicações feitas pelo Sr. José Luiz das Neves na data de 29/10/2019 nas redes sociais
148 falando de impugnação, bem como publica documento protocolado junto ao COMUS pelo Sr. Edson
149 Mendes do Amaral solicitando a impugnação do processo eleitoral dos CGU's/COMUS. Foi discutido
150 pedido de impugnação do processo eleitoral, elaborada pelo Conselheiro Sr. Edson Mendes do Amaral,
151 alegando que o edital foi omisso e que não foram atendidas determinações expressas. A Comissão após
152 análise de toda a documentação acostada no processo eleitoral, e numa retrospectiva dos fatos ocorridos
153 até a presente data, e conforme o edital de convocação do Conselho Municipal de Saúde, em seu art.4,
154 "cabará a Comissão Eleitoral: - Item I – Elaborar o Regimento Eleitoral com as regras do processo
155 eleitoral e submetê-lo a ratificação da Coordenação da Mesa Diretora e a aprovação do plenário do
156 COMUS". Diante do exposto esta Comissão entende que o processo eleitoral dos CGU'S/COMUS deverá
157 ser nulo, e iniciar novo processo, corrigindo-se todas as incongruências apontadas. Isto posto, a fim de dar
158 respaldo jurídico ao procedimento a ser adotado, solicitamos manifestação da Secretaria de Assuntos
159 Jurídicos, para posterior remessa à plenária do Conselho Municipal de Saúde, para ciência e deliberação.
160 A Comissão solicitou a Presidente do COMUS que seja publicado junto ao site da prefeitura, nota de
161 esclarecimento referente à suspensão de todo processo eleitoral até decisão final. A Sra. Presidente diz
162 não ter ciência sobre o que levou o vazamento do requerimento do Sr. Edson, coloca que os documentos
163 foram protocolados e encaminhados para a Comissão, a Sra. Presidente expõe quem são os membros da
164 Comissão, Sra. Nilma, Sra. Priscila, Sr. Adriano, Sra. Cilmara e Sra. Ceci. Relata que nenhum dos
165 membros possibilitou o acesso dos documentos para ninguém, colocando que todos os documentos
166 encaminhados para a Comissão ficam na Comissão. No mesmo dia o Sr. José Luiz das Neves publicou os
167 documentos nas redes sociais. A Sra. Presidente diz aos senhores Conselheiros que a Comissão achou
168 melhor, publicar uma nota suspendendo o processo eleitoral, pois a comissão enviará toda a
169 documentação para o Jurídico, para que possam se manifestar diante das situações. Por este motivo, a
170 comissão, colocou como pauta para que seja discutida essa questão. A Sra. Presidente diz aos
171 Conselheiros que está aguardando o parecer do jurídico diante de todas as denúncias, situações que foram
172 expostas pela Comissão, e conclui dizendo que quando o documento chegar às mãos da Comissão serão
173 analisados e após poderá ser marcada uma reunião extraordinária para ser decidido o que será feito diante
174 do pleno do processo eleitoral. Sr. André Luiz se manifesta, diz que os documentos que estão em Poder
175 Público, são públicos, mas para alguém ter acesso a ele, de acordo com a Lei Orgânica de qualquer
176 município, a pessoa terá que fazer um requerimento solicitando cópia dos mesmos, relata que existe um
177 prazo regimental que o município é obrigado a dar as cópias dos documentos, quando publicado um
178 documento interno da municipalidade, fala que pode configurar esta ação como um crime, justifica
179 falando que os documentos saíram de dentro de um setor público sem autorização e sem prévia
180 solicitação. Então é sugerido pelo Sr. André Luiz que seja respaldado pelo COMUS e pelo Secretário, a
181 Secretaria de Saúde, e afirma que o Sr. José Luiz das Neves terá de explicar judicialmente como obteve
182 acesso aos documentos, se não foi cedido pelo Poder Público ou pela Mesa Diretora do COMUS,
183 reafirma dizendo que ele deverá explicar como retirou o documento de dentro do prédio da Secretaria de
184 Saúde. Conclui, isso caberá um processo disciplinar dentro da Secretaria de Saúde, pois pode ter algum

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in blue ink. From left to right, there is a circular stamp, a signature that appears to be 'Mauricio', a signature that appears to be 'C. Pina', a signature that appears to be 'A. J. M...', and a large, stylized signature that appears to be 'J. J. J.'.

funcionário que esta vazando documentos, deve ser averiguado. O Sr. Amauri pergunta para a Sra. Presidente se o caso ocorrido foi no mesmo dia da reunião. A Sra. Presidente diz que o requerimento do Sr. Edson foi protocolado, foi para a comissão, foi discutido no Conselho, quando foi decidido por nós que seria ser publicado uma nota dizendo que iria ser suspenso o processo eleitoral e que todos os documentos seriam encaminhados para o SAJUR, a Sra. Presidente diz ter publicado a nota no dia seguinte, no final da tarde, posteriormente os documentos já estavam postado no Facebook. A Sra. Ceci se manifesta argumenta para a Sra. Presidente que a publicação dos documentos na rede social ocorreu antes da reunião, para avaliar a documentação recebida pelo Conselho. E diz também que no dia que o Conselheiro protocolou, já estavam publicados. O Sr. André Luiz se manifesta também colocando que, para complementar a sua fala, ele diz que gostaria de relatar para o plenário que, por este motivo fez a denúncia como foi feita, relata que os documentos vazaram na mão de pessoas que nem assumiram, tomaram posse e que começaram a publicar de maneira aleatória, então diz que observou que o nível do Conselho corre perigo de cair. A Sra. Cilmara coloca que os Conselheiros não tinham ciência de nenhum documento protocolizado, só tomaram conhecimento deles na reunião. Diz que os documentos já estavam públicos, em meios de comunicação como Facebook e Whatsapp, e reforça que oficialmente só tomaram conhecimento na reunião. Sra. Presidente retoma a palavra e reafirma o que já havia dito, diante de toda a documentação, fizemos uma reunião da Comissão, analisamos os documentos e diante de todas as situações, os fatos e as publicações acharam melhor suspender o processo eleitoral e encaminhar para o jurídico, para que eles possam se manifestar. Até a presente data não veio retorno com o parecer, estamos aguardando, quando recebermos o parecer, agendaremos uma reunião extraordinária e iremos decidir o que será feito. Sr. Ilson Vitório pergunta para Sra. Presidente se o documento foi diretamente para o Conselho. Diz não reconhecer o documento, mas era um direito de ter protocolado porque ele contradiz tudo que está na Ata dizendo que houve várias declarações da Sra. Presidente e dos membros da Comissão, relatando que transcorreu tudo de forma positiva a eleição, de repente aparece um documento um requerimento, dizendo que houve votos difíceis, Sr. Ilson Vitório diz não entender, e pergunta novamente se o documento ao ser protocolado foi direcionado direto para o Conselho. A Sra. Presidente responde que, todos os documentos são protocolados no protocolo geral da Secretaria de Saúde, depois eles são encaminhados para os setores e depois vai para Mesa Diretora e após é marcada uma reunião. A Sra. Presidente coloca que a reunião já tinha sido marcada, pois tinham recebido um documento do Sr. José Luiz das Neves. Sr. Ilson Vitório pergunta novamente para a Sra. Presidente se em algum momento houve uma deliberação entre os membros da Comissão para que as informações ficassem em caráter sigiloso. Sra. Presidente responde que houve e ainda tinha sido conversado enquanto comissão que não era para vazar nenhuma informação da Comissão. Então a Sra. Ceci se manifesta, diz que foi conversado de antes de dar ciência para a plenária, pois seria uma questão ética. Senão os Conselheiros iriam ter o conhecimento através das redes sociais, então por questão de ética deram ciência para os outros Conselheiros, e não através das redes sociais. Sr. Ilson Vitório pergunta se o requerimento que originou a Ata também está disponível para os Conselheiros. Sra. Presidente em resposta diz que nenhum dos documentos referentes à denúncia está disponível, somente as Atas. Justifica, pois todos os materiais de denúncias são encaminhados para o jurídico, só quando tivermos a resposta do jurídico vai vir com toda a documentação que fora postada para o jurídico analisar. Sr. André Luiz pergunta para a Sra. Presidente quando que ocorreu a reunião da Comissão e qual foi a data da Ata da Comissão. Sra. Presidente respondeu que foi ocorrida na semana passada e a data da Ata da Comissão foi dia 30/10/19. Sra. Presidente diz que o processo eleitoral se encontra suspenso, e que está aguardando o parecer do jurídico, quando o receber, será discutido na Comissão e dependendo da Comissão, será retornado para o pleno. O Sr. Ilson Vitório questiona a Sra. Presidente perguntando se a Comissão, legalmente embasada no Regimento Interno tem esse poder de suspender. Sra. Presidente relata que o edital foi aprovado no

 Mamm
 C. Puroach
 J. Puroach
 S. Puroach

plenário, se o edital for omisso a Comissão delibera da melhor forma, caso sinta-se impotente, ela poderá
 trazer ao pleno. O edital foi aprovado pelo Conselho, ainda diz que a Comissão tem uma peculiaridade,
 ela tem poder de decisão. Sr. Ilson Vitório faz um pedido de solicitação que suas palavras sejam
 consignadas em Ata e profere que enquanto representar a sociedade civil e também, até que provem o
 contrário, não tem entendimento desse poder de suspensão e que também não conhece esse documento
 protocolado, no momento posterior a aprovação com todas as falas e deliberações referidas ao referido
 pleito, diz ter transcorrido legalmente de forma competente e foi complementado por todos os
 conselheiros, diz perceber uma perseguição velada com o Sr. José Luiz das Neves e a Sra. Silvia Maria
 dos Santos, que não foram impugnados em momento oportuno, e diz também que a impugnação de um
 não houve uma fala ampla e restrita favorável dizendo que já havia sido aprovado, e que agora aparece
 um requerimento dizendo que transcorreu no edital que não estava em conformidade. Dando para os
 conselheiros um entendimento que são idiotas. Justifica, pois houve elogio e também foi aprovado por
 nós, a Comissão se achou competente, colocou o edital para ser aprovado e os Conselheiros aprovaram,
 com a eleição desses senhores. Está causando uma arruaceira grande, que esta extrapolou o âmbito do
 Conselho expondo os membros, relata ser por parte daqueles que fazem parte do Conselho, fala não
 entender o motivo de causar uma coisa que nunca foi ocorrida na história do Conselho de Caraguatatuba.
 Conclui que isto é uma perseguição velada na tentativa de impedir a posse dos senhores eleitos pela
 sociedade civil, diz ser uma "fachada" de morte na garantia da participação popular contemplada da
 Constituição da República. Sra. Ceci pede a palavra para Sra. Presidente e diz que, pessoas que foram
 eleitas para participar do próximo Conselho Gestor, vem apontando sistematicamente algumas
 irregularidades, se o Conselho esta recebendo tantas críticas, deveria se recolher e pensar para avaliar a
 situação, Conselheiros. Diz não entender o motivo de um Conselheiro alegar perseguição, relata não ter
 conseguido identificar essa tal perseguição expõe que é visível uma série de críticas de apontamentos de
 irregularidades e de vícios e se a Comissão cometeu torna nula a eleição, mas se não existir vícios será
 dada continuidade ao processo. Coloca que a fala do Sr. Ilson Vitório é difícil de ser aceita, pois atacou à
 ética e moral de um Conselheiro, nenhum membro da Comissão teve interesse em fazer perseguição, a
 Sra. Ceci deixa claro que não conhece o Sr. José Luiz das Neves. Diz que um Conselheiro dever ir para
 reunião com intuito de fazer política pública de saúde, e não para ser desacatado, xingado e ter sua ética e
 moralidade colocada em questionamento, coloca que é o que ocorreu nas últimas reuniões. A Sra. Ceci
 esclarece para os Conselheiros que o motivo de ter se candidatado é porque ela acredita nas políticas
 públicas de saúde, e diz acreditar também que pode fazer a diferença com o seu conhecimento de política
 publica de saúde, não tem interesse de fazer nada contra nenhuma pessoa. Pede desculpas aos
 Conselheiros e diz que irá se retirar. A Sra. Cilmara pede a palavra para a Sra. Presidente o Sr. Ilson
 Vitório interpola a Sra. Cilmara a Sra. Presidente pede ao Sr. Ilson espere um pouco, ele contesta dizendo
 que a Sra. Ceci citou seu nome, então diz ser seu direto. Sra. Presidente concorda mas pede ao Sr. Ilson
 Vitorio esperar a Sra. Cilmara argumentar. Sra. Cilmara coloca que o trabalho dos Conselheiros não foi
 fácil, tiveram o apoio da Secretaria, falou sobre a eleição que deveria ser tranquila, mas diz não ter sido
 pelo motivo de estar em ambiente democrático, e que a Comissão entendeu que dentro do pedido do Sr.
 Conselheiro Edson existem alguns apontamentos que colocam o edital aprovado pelo plenário, que ela foi
 contra a aprovação, coloca algumas situações que tem que ser analisada com calma pois o pleno que é o
 Conselho Municipal vai ser pior para eleição porque estarão quem delibera, enquanto no Gestor
 Participativo de Unidade, então se pode notar que quando veio para o pleno houve toda essa situação
 quando estava no Gestor estava bem amenizado com exceção da Sra. Silvia Maria dos Santos que já foi
 denunciada em seguida, a Comissão em momento algum está se omitindo de alguma situação que esteja
 fora do que o senhor politizou para os Conselheiros, e foi pedido o parecer jurídico, pois há falhas dentro
 do nosso edital de eleição, um deles pediu antecedentes criminais, não foi visto no edital então pode ser

E mam
 Cilmara
 A
 Ilson Vitório
 Sra. Ceci
 Sra. Cilmara
 Sra. Presidente
 Sr. Ilson Vitório

alguma situação que esta errada, a onde o Senhor apontou que os membros da Comissão não estavam no locais de votação se o Senhor reparar na quantidade de pessoas e 3 (três) membros adoentados e mesmo assim a presidente deu suporte, conseguindo levar a eleição não houve reclamação segundo consta nas atas, foi tranquilo que ocorreu mais amenizados, então a Comissão entendeu e deu andamento, ela não estaria naquele lugar a toa junto com os representantes da Secretaria. A Conselheira Nilma que mesmo com um problema de cirurgia no tornozelo foi, esteve presente, entendeu e deu suporte, agora o que o coloca a Comissão nunca e jamais pelos membros que estão lá, Sra. Cilmar, Sra. Ceci, Sra. Nilma e Sr. Adriano jamais vão ser pessoas que estão agindo contra município ou administração. Então se houve esse posicionamento estamos esperando o parecer jurídico, se houver erro será anulada a eleição independente de hoje. Não quero prejudicar o lado do município e muito menos da gestão, se tem erro vamos corrigir, vamos sentar reanalisar o edital e pontuar tudo, se possível nova eleição com mais calma, são quatro membros e as unidades são inúmeras para que possamos atender todas as unidades com calma, refazendo o pleito eleitoral, então é isso que deixo aqui para vocês de acordo com documentos que foram publicados em redes sociais, a Comissão não transmitiu, tomou ciência logo depois que foi feito o protocolo do Senhor, por exemplo, é uma situação Sr. Edson, depois que nós tomamos ciência, depois que já estava rodando na rede. É difícil a nós apontarmos dedo para alguém, se há erros vamos corrigir, peço que entendam o lado da Comissão, pois queremos transparência nesse pleito eleitoral. Sra. Ceci diz que faz as palavras da Conselheira Cilmar também as suas, justificando que é dessa forma que a Comissão se sente. Sr. Ilson Vitório pede a palavra para Sra. Presidente e coloca que a proposta do Sr. André Luiz deve ser apurada com toda a cautela, pois diz não é possível que um documento interno que só tramitou dentro do Conselho tenha transpassado o exterior da parede. Sr. André Luiz, pergunta para o Sr. Ilson, se pode completar a fala dele, diz que pode até parecer perseguição, mas não é, uma pessoa com formação em Direito como a Vossa Senhoria, se refere ao Sr. Ilson, em pegar o documento e publicar é isso o que eu falo de nível, conselheiros. Sr. Ilson Vitório coloca que entende que o pior é pegar o documento com alguém que está no Conselho com a responsabilidade de um funcionário público e o dever de proteger o documento, acha que o Sr. José teve o direito de publicar, pois o documento chegou à mão dele. Sra. Presidente pergunta para o Sr. Ilson Vitorio se o Sr. José então tem o direito de publicar o documento. Sr. André Luiz diz que não, pois ele já conhecia a lei. Sr. Ilson Vitório pede que nenhuma de suas palavras abaixo sejam alteradas e faz um breve discurso “quando eu falei, eu não falei que eu concedo e respeito esse Excelentíssimo Conselho como usuário e participando voluntariamente, sem imposição de ninguém e sem ser convocado por ligação de superior sempre eu me fiz presente porque eu honro meu cargo aqui com respeito e sem precisar de nada mais do que isso. As vezes é orquestrado como foi orquestrado no meu entendimento naquele dia da menina aqui, pela Presidente, que expôs uma tela ali sem autorização da Mesa, sem autorização da Comissão, isso está na Ata também isso então quer dizer, que vai orquestrando, induzindo mais conselheiros que tem sua pureza, sua humildade, como se fosse um bicho papão, então o que eu quero falar é que é orquestrado por um e por outro em momento algum eu imputei responsabilidade ao Conselho ao qual sempre respeitei todos os meus nobres companheiros aqui e digo mais, estou aqui honrado voluntariamente, sem ser convocado por telefone e sem remuneração nenhuma é por gratificação por eu ter assumido essa responsabilidade e quero estar aqui, o encerramento como sempre falei”. Sra. Presidente se manifesta e pergunta para o Sr. Ilson Vitório para quem é redirecionada a sua fala, justifica, já que não é para o plenário, não é para a Comissão e foi orquestrado a apresentação, então assim as suas colocações é para a Presidente, se o Senhor não esta criticando o plenário, não está criticando a Comissão então está criticando a Presidente. Sr. Ilson Vitorio responde que é inclusive. Sra. Presidente, então o senhor está dizendo que a Presidente é contra os membros. Sr. Ilson Vitório, a forma que a senhora conduziu no dia da reunião passada, a forma, colocando ali um arquivo sem prévia autorização do Conselho, e tem outros Conselheiros que também se manifestaram contra. Sra. Presidente,

Handwritten signatures and notes at the bottom of the page, including names like 'mama', 'L. Pereira', and 'A. Silva'.

323 todos os arquivos que foram colocados na apresentação eles foram de acesso da Comissão. Sr. Ilson
 324 Vitório, a Sra. Cilmara naquele dia disse que não aprovou, não tinha conhecimento. Sra. Presidente, teve
 325 acesso sim, teve acesso sim, a Sra. Cilmara, a Sra. Ceci e o Sr. Adriano tiveram a todas as publicações,
 326 estavam no meu celular e foram apresentados para ela os documentos que foram impressos sobre as
 327 publicações do Facebook, algumas publicações foram mostradas pela Presidente com o celular e outras
 328 apresentadas impressa todos tiveram acesso, depois a Presidente juntou toda as publicações e apresentou
 329 todas elas juntas para elucidar. A Sra. Presidente questiona, então Senhor está chamando a Presidente de
 330 mentirosa?. Sr. Ilson Vitório, não foi aquela fala do outro dia. Sra. Cilmara, Sra. Presidente só para
 331 constar, tudo o que disse naquela ata, não mudo nenhuma palavra. Sra. Presidente, Sra. Cilmara a Sra.
 332 teve acesso as informações pelo celular e pelo slide. Sra. Cilmara, montar uma apresentação no celular.
 333 Sra. Presidente pergunta se a Sra. Cilmara não viu no celular, Sra. Cilmara diz ter falado que tomaria
 334 ciência quando olhasse o Facebook. Sra. Presidente, a senhora teve acesso pelo celular, no mesmo dia da
 335 apresentação. Sr. Ilson Vitório, a senhora está falando duas palavras. Sra. Presidente, o senhor falou que a
 336 Comissão não teve acesso aos documentos. Sr. Ilson Vitório, segundo a Conselheira que acabou de
 337 confirmar. Sra. Presidente, não ela disse que não teve acesso a apresentação. Sr. André Luiz, os
 338 documentos no dia da apresentação tivemos acesso sim. Sra. Presidente as informações contidas na
 339 apresentação, os senhores tiveram acesso, Sr. Ilson o senhor está conturbado o assunto. Sr. Amauri, os
 340 senhores parem, como Secretário peço que os dois parem, só será dado continuidade se não houver mais
 341 discussões dentro dessa sala, temos idosos, mulheres e crianças lá fora, uma gritaria, não quero mais
 342 gritos dentro dessa sala, aqui é um hospital. Sra. Presidente, bom a lista de medicamentos e estoques
 343 foram encaminhadas a todos os presentes, como já foi dito anteriormente, vem do sistema então é uma
 344 lista extensa porque ela abrange cada tipo de apresentação de cada medicamento. **OFICIO 2.472/2019 -**
 345 **MP/SP (Comissão Eleitoral).** A resposta já está sendo providenciada e encaminhada para o Ministério
 346 Público. Sra. Presidente faz a leitura do Ofício - referente protocolo 1752/2019. Ilustríssima Senhora,
 347 valho-me do presente para informar-lhe que não pode haver impedimento à posse do candidato em razão
 348 de estar sendo processado, haja vista o princípio constitucional da presunção de inocência, sob pena de
 349 restar caracterizada a prática de ato ilícito por parte deste Conselho. Prazo de 10 (dez) dias para resposta.
 350 Aproveito a oportunidade para reinterar meus protestos de elevada estima e distinta consideração. Renato
 351 Queiroz de Lima – Promotor de Justiça. Ilustríssima Senhora Priscila Meier – Presidente do Conselho
 352 Municipal de Saúde de Caraguatatuba. Avenida Maranhão, 451 – 2º anda – Jardim Primavera. Promotor
 353 de Justiça de Caraguatatuba, cidadão Silvia Maria dos Santos - termo de oitiva – Aos 30 dias do mês de
 354 outubro de 2019 às 18h43 compareceu nesta Promotoria de Justiça de Caraguatatuba e, compromissada,
 355 declarou o que segue: “que a depoente se candidatou a um cargo no conselho gestor de saúde da UBS
 356 Morro do Algodão; que a depoente fez as inscrições normamente e tudo foi deferido; que a depoente foi
 357 votada e eleita; a depoente foi fazer sua inscrição para o conselho municipal também foi deferida; que
 358 durante o trâmite do certame foi apresentada uma denúncia foi assinada por André Luiz da Silva Leandro,
 359 que é coordenador da saúde da secretaria municipal e também conselheiro de saúde indicado pelo poder
 360 público; que a depoente quer esclarecer que até o momento ainda não tomou conhecimento dessa ação
 361 civil pública, motivo pelo qual estranha que tal documento esteja em posse de uma pessoa alheia aos
 362 autos do processo; que a depoente teve sua posse, mesmo após ser eleita, suspensa, que após a suspensão,
 363 foi feita uma reunião entre os conselheiros e eles fizeram uma votação e entenderam que a depoente não
 364 pode assumir o cargo de conselheira; que a depoente tem dúvidas sobre o proceder do conselho, porque
 365 ainda não foi condenada por nada e entende que o conselho não poderia impedi-la de tomar posse; que a
 366 depoente quer esclarecer que há uma lei municipal nº 10.018/2003 que regulamenta a matéria e determina
 367 que somente com o trânsito em julgado da decisão condenatória o conselheiro perderá o mandato, o que
 368 não é o caso da depoente, que sequer assumiu ainda; que a depoente deseja ressaltar que sequer foi citada,

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in blue ink. From left to right, there is a signature that appears to be 'Renato Queiroz de Lima', followed by 'Priscila Meier', and then several other initials and signatures, including one that looks like 'André Luiz da Silva Leandro'.

369 pois teve ciência da ação civil pública por meio da representação formulada por André; que os
 370 documentos trazidos por André estão expostos para qualquer pessoa, o que vem causando
 371 constrangimento a depoente; que a depoente quer saber como que o senhor André Luiz teve acesso a
 372 esses documentos e desconfia de um possível vazamento de informações dentro do Fórum; que a
 373 depoente não sabe dizer quem poderia estar vazando informações sobre o processo de dentro do Fórum;
 374 que o senhor André, ao que parece, teve acesso as informações do processo que sequer a depoente sabia;
 375 que o parecer da Procuradoria Municipal da lavra do Senhor Danilo explica que somente com o trânsito
 376 em julgado da decisão condenatória o conselheiro pode perder o cargo; que mesmo ciente de tal parecer, a
 377 plenária do COMUS – Conselho Municipal de Saúde – votou para impedir a posse da depoente; que
 378 como fundamentação para impedir a posse da depoente, o Conselho alegou que o trânsito em julgado da
 379 ação ocorrerá durante o mandato dos candidatos eleitos pelo atual processo de eleição, ou seja, o
 380 conselho já está dizendo que a depoente será condenada, sendo que a ação ainda sequer começou; que
 381 durante a reunião do COMUS a presidente Priscila Meier expôs prints a página no Facebook da depoente
 382 alegando que a depoente não tem mérito para assumir o cargo de conselheira; que a depoente entende que
 383 Priscila não poderia ter feito isso, pois da forma que ela utilizou as imagens, ela fez com nítido intuito de
 384 denegrir a imagem da depoente; que foi negado a depoente a gravação de áudio e vídeo do dia da reunião;
 385 que a depoente deseja intercessão do Ministério Público; que tais informações podem ser ratificadas por
 386 dois conselheiros que estavam no ato (Cilmara de Oliveira dos Santos e Ilson Vitório) nada mais”. A Sra.
 387 Presidente diz que, irá se reunir com o Promotor, e depois repassará tudo para os Conselheiros. Sr. André
 388 Luiz pede a palavra diz que ele obteve acesso as informações porque são públicas, e diz também que Sra.
 389 Silvia Maria dos Santos poderia responder outro processo por calúnia, e conclui relatando que o motivo
 390 de ser impugnada pelo conselho não tem haver como o processo, pois ela pode ser absolvida, é porque o
 391 conselho entende que o comportamento dela não é o esperada de um conselheiro. Sr. Ilson Vitório
 392 pergunta se a ação se trata do menor, justifica dizendo que não acessou o processo, na ação civil pública.
 393 Sr. André Luiz afirma que é referente ao caso menor e explica que existe um processo que uma
 394 funcionária do conselho tutelar, deu informações sigilosas do caso do menor inclusive até fotos
 395 publicadas do menor no grupo boca no trombone onde ela e a Sra. Roseli Cavaleiro que é advogada e
 396 também é ré, as duas são chamadas no Ministério Público junto com essa funcionária, ela confessa e as
 397 outras duas confessam também e as três foram indiciadas. Sr. Ilson Vitorio, eu acho que acompanhando a
 398 falado Dr. Fabio, acho que houve um equívoco da justiça porque independe e justifica que toda vez que
 399 houver uma criança no processo, automaticamente vira segredo de justiça. Sr. André Luiz, a funcionária
 400 deu informações e as duas publicaram no grupo boca no trombone. Sra. Presidente se manifesta e diz que
 401 tem várias denúncias no processo e é publico. A Sra. Silvia Maria diz que não teve conhecimento do
 402 processo, só teve conhecimento no conselho, que é uma inverdade, pois ela foi ouvida no Ministério
 403 Público, ela foi com advogado, ela tem advogado constituído no processo. Coloca que se você não
 404 conhece qual é o processo como que você constitui advogado. Sra. Cilmara fala que não havia lido o
 405 documento relacionado ao protocolo por falta de tempo, quando leu diz o seu nome, então ela conclui que
 406 se houver necessidade ela fica ao lado da Sra. Silvia Maria como conselheira. Sra. Presidente diz que vai
 407 ao Ministério Público falar com o Promotor. A Sra. Presidente faz a leitura da **Primeira pauta. Ofício nº**
 408 **1.045/2019 –GS/SESAU – Credenciamento ESF/ESB.** Referente ao aumento da equipe foi feita uma
 409 divisão, os pacientes de álcool e droga ficaram no setor de saúde mental, os pacientes do CAPS II foram
 410 para o CAPS II e onde era o CAPS II hoje é o Ambulatório de Saúde Mental. Então hoje nós temos o
 411 fluxo de redes estabelecidas, como o CAPS AD que foi inaugurado recentemente atrás do UPA, no
 412 Perequê Mirim, podemos dizer que e realmente um CAPS AD com todas as letras, nós estávamos
 413 trabalhando nisso e agora ele está formalizado, a Saúde Mental, o ambulatório e o CAPS II que foi
 414 inaugurado no começo do ano. Foi feita uma breve apresentação dos 4 (quatro) credenciamentos. O Sr.

André Luiz
 Cilmara de Oliveira dos Santos
 Ilson Vitorio
 Priscila Meier
 Roseli Cavaleiro
 Silvia Maria dos Santos

Adriano Fernandes saúda os Conselheiros e introduz a apresentação para eles, diz que a apresentação é para elucidar e no final irá mostrar a planilha com os valores de todas as equipes que estão implantadas. Programa de Estratégia da Saúde da Família, onde o paciente tem facilidade, pois a localização é próxima, diz que nos dias de hoje estão com uma defasagem de quatro equipes, então está sendo pedido o credenciamento das 4 (quatro) equipes e pedindo também o credenciamento para o Ministério de mais 5 (cinco) equipes. Segundo o Ministério da Saúde, é uma equipe para 3.500 (três mil e quinhentos) a 4.000 (quatro mil) habitantes, em Caraguatatuba tem hoje 121.532 (cento e vinte e um mil quinhentos e trinta e dois) habitantes se dividirmos por 3.500 (três mil e quinhentos) chegamos perto de 34,5 (trinta e quatro vírgula cinco) equipes. Sr. Amauri coloca que não é todo município que faz o que fizemos, a partir de Abril do ano que vem o Ministério vai mudar a forma de repassa entre os municípios, vai ser encima do cadastro realizado, não vai ser mais por per capta, vai ser de cadastro. Sr. Edson diz que viu uma notícia relacionada ao que o Sr. Amauri disse. Sr. Mário se manifesta e diz que a tendência é melhorar. Sr. Adriano continua, diz que nos dias de hoje tem 84% (oitenta e quatro por cento) de abrangência. Temos 25 (vinte e cinco) equipes credenciadas, num valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), para pagar 1 (um) médico, enfermeiro, técnico e os agentes, é muito pouco. Sr. Amauri pergunta quanto custa só o medico. Sr. Andre Luiz diz que custa R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais). Sr. Adriano diz que o valor que recebem hoje é de R\$ 267.000,00 (duzentos e sessenta e sete mil reais). Nossa proposta é implantar mais 9 (nove) equipes que correspondem a R\$ 96.255,00 (noventa e seis mil duzentos e cinquenta e cinco reais), e no total teremos 34 (trinta e quatro) equipes após a aprovação da implantação e receberemos o valor de R\$ 363.630,00 (trezentos e sessenta e três mil seiscentos e trinta reais). Na saúde bucal temos 10 (dez) credenciadas, o valor do repasse do ministério é de R\$ 2.230,00 (dois mil duzentos e trinta reais), temos 1 (um) dentista para 40 horas e o auxiliar, hoje no total recebemos R\$ 22.300,00 (vinte e dois mil e trezentos reais). A proposta hoje é crescer mais 11 (onze) equipes que significa R\$ 24.530,00 (vinte e quatro mil quinhentos e trinta), e no total iremos ter 21 (vinte e uma) equipes no valor de R\$ 46.830,00 (quarenta e seis mil oitocentos e trinta reais). Sr. Ilson Vitorio pergunta se quem nos transfere esse valor é o Ministério da Saúde. Sr. Adriano diz que sim, é o Ministério da Saúde. Sr. Ilson Vitorio pergunta qual é a contrapartida para dar o montante do município. Sr. Adriano diz que isso ele não teria, mas poderia providenciar para o Sr. Ilson. Sr. Amauri diz que dá para contar de forma superficial, pensem que o Ministério ou o Estado nos passam 2% (dois por cento) do custo total, o Ministério 17% (dezesete por cento) e o restante é Município. Sr. Amauri diz que começou com 22 (vinte e duas) equipes, o objetivo é procurar dar o melhor para a população, e está sendo feito, por este motivo há pessoas que falam que a saúde está gastando R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões) . Sr. Adriano, de acordo com a proposta, será implantado 1 (uma) Saúde Bucal no Ademir Reis, no Porto Novo 1 (uma) equipe de Saúde da Família, no Morro do Algodão 1 (uma) Saúde Bucal e 1 (uma) de Saúde da Família, no Sumaré centro, 2 (duas) de Saúde Bucal e 1 (uma) equipe de Saúde da Família, Casa Branca 1 (uma) equipe de Saúde Bucal, no Getuba 1 (uma) equipe de Saúde Bucal e 1 (uma) de ESF, Golfinho 2 (duas) equipes de Saúde Bucal e 2 (duas) equipes Estratégia de Saúde da Família, Gaivotas 2 (duas) de Saúde Bucal e 2 (duas) de Saúde da Família, Rio do Ouro 1 (uma) equipe de Saúde Bucal e 1 (uma) equipe de Saúde da Família, no total 11 (onze) equipes de Saúde Bucal e 9 (nove) equipes da Saúde da Família. Sra. Cilmaria pergunta para o Sr. Adriano sobre as unidades que passam de 5.000 (cinco mil), o porquê de não estar no índice para 2 (duas) equipes. Sr. Adriano diz que devem dar um passo de cada vez, se pedir 36 (trinta e seis) equipes pode ser que o Ministério não aprove, então é melhor pensar de uma forma mais coesa e pedir em breve, porque o município está crescendo. Relata que, hoje os 121.000 (cento e vinte e um mil) habitantes em Caraguatatuba, se forem dividido por 3.500 (três mil e quinhentos) da 34,4 (trinta e quatro vírgula quatro) equipes. Sr. Adriano relata que quando chegar o número de 34 (trinta e quatro) equipes implantadas, terá que ser feita uma nova territorialização. Sr. Amauri diz ao Sr. Adriano que já está sendo feita uma

mamm
Adriano
A
Luiz
F
Adriano

territorialização por conta dos agentes comunitários, pois o número máximo é de 200 (duzentas) famílias para cada território. Sr. Adriano pergunta para Sra. Presidente se será colocado em votação o próximo pleito. A Sra. Presidente diz entender que a questão do aumento de equipes já foi aprovada, no Plano Municipal, então o que está sendo feito é a efetivação da ação que já foi aprovada anteriormente, a Comissão começou executar, que primeiramente é o credenciamento junto ao Ministério, Secretaria de Estado, a Comissão Intergestores Bipartite, então a documentação começa a tramitar junto com as esferas de governos. Devemos começar a captar recurso para que efetivamente seja possível arcar com as despesas. Sra. Cilmara pergunta para Sra. Presidente o período dentro do município para ser implantando tudo o que foi exposto. Sra. Presidente diz que será feito um processo seletivo de médico, enfermeiro, auxiliar de enfermagem, de dentista, auxiliar de dentista, após isso a Comissão começará apresentar a opção dos profissionais via sistema, mas agora é pelo PEC e E-SUS. Relata que, quando for aprovado na CIB, eles mandarão o recurso retroativo a partir do momento que começamos a trabalhar, se em Janeiro ou Fevereiro, contratarmos médico, enfermeiro e auxiliares. Até o dinheiro passar no CIB, ser disponibilizado o recurso, vamos receber em Maio ou Junho, mas se apresentarmos a produção em Janeiro ou Fevereiro, o retroativo será feito. Sr. Adriano o próximo pleito que o município estará fazendo no momento é o programa Melhor em Casa. Segundo a portaria nº 2.527 e portaria nº 963, define a atenção domiciliar, constitui-se como modalidade de atenção de saúde substitutiva ou complementar as já existentes, caracterizadas por um conjunto de ações para a promoção da saúde, prevenção e tratamento de doenças e reabilitação realizada no domicílio como garantia o cuidado integrado das redes de atenção à saúde, ou seja, uma equipe que vai para agregar a saúde da família. O Melhor em Casa de Caraguatatuba tem entre seus principais eixos atuar exatamente na desospitalização, tanto na fase pré-hospitalar como na fase pós-hospitalar aumentando concomitantemente a capacidade de interação leitos, otimizando os leitos gerais. Prestar assistência à saúde para os pacientes acamados ou dependentes que necessitam de cuidados da enfermagem, fisioterápicos e orientações nutricionais a fim de melhorar a qualidade de vida e aumentar a taxa de recuperação, melhorar a adaptação ao domicílio e liberar leitos hospitalares. Então o paciente vai ser assistido na casa dele, a partir do momento que ele tiver alta hospitalar será formada a equipe que vai acompanhar esse paciente em seu leito. Sra. Cilmara coloca que quando o paciente vai para casa, a família tem que adequar o ambiente que ele vai ser tratado, e pergunta se a equipe só vai orientar a família, usa como exemplo quando o paciente estiver em uma periferia, a família é carente e tem uma cama para dividir para dois, como que vai fazer sobre a condição dessa família, no caso que tem um acamado, necessitando ficar de repouso, como que vai ser essa orientação e a adequação do ambiente. Conclui que, quando estão em um hospital tem toda uma estrutura, vai que o paciente vai para uma casa onde a família não liga para a situação do paciente acamado, então acaba acelerando a morte do paciente ou agravando o quadro do mesmo. Em resposta para Sra. Cilmara o Sr. Adriano argumenta, nesse ponto que a equipe vem para contribuir, como a senhora falou, o paciente tem alta, vai para casa, a família não adequa o espaço e a higiene, essa equipe vai se deslocar fazer o cuidado além do que a equipe de Estratégia da Saúde faz, vai ter cadastro da pessoa, porque a partir do momento que ela tem alta o hospital entra em contato, vai informar, estar indo na casa da pessoa e verá a questão na sua integralidade. Não só olhar a questão da doença do paciente, mas ver tudo o que o paciente necessita e orientar a família também é essencial. Sra. Cilmara explana para os Conselheiros que antes de ser Conselheira já trabalhava social voluntária, e se deparou com um caso de uma filha cuidando do pai com o pé necrosado pela falta de higiene o pai chegou a perder quase todo o pé, a família dele trabalhava e o largavam com alguém para olhar, pagava pela terceirização de cuidados, então é uma situação que tem o cuidado dobrado, o programa é maravilhoso mas tem que estar se adequando a realidade do município pois muitas vezes a pessoa nem tomar higiene pessoal tomam. Sr. Amauri responde para a Sra. Cilmara que o trabalho que a Comissão idealiza é o seguinte, é alta junto ao hospital, então não é aquela coisa, olha o Sr. Edson está de

Handwritten signatures and notes at the bottom of the page, including "mam", "Cilmara", and several illegible signatures.

507 alta e vai hoje pra casa, saúde ele tem uma previsão de alta para daqui quatro dias a equipe vai lá na casa
508 dele vai olhar como está a casa, como está a família para estar fazendo o recebimento do paciente lógico
509 que não vamos conseguir cama hospitalar para todo mundo, é impossível ter um município que consiga,
510 então vai a enfermeira para orientar sobre o banho etc. Bom precisa de dieta integral a sonda, já vai ser
511 tudo preparado, aí a Santa Casa, olha o paciente está indo quarta-feira e teve alta as 13 horas, muito bem,
512 essa equipe já vai estar nesse dia esperando com tudo preparado. Isso é alta programada na adequação
513 com o município e essa equipe. Vai depender do paciente e da necessidade dele, vai ser mais que o ESF,
514 às vezes o médico passa às vezes demora ou o agente comunitário, essa equipe não, vai fazer duas ou três
515 visitas na semana, temos em média 400 (quatrocentos) acamados no município, essa é a nossa
516 preocupação. A equipe irá funcionar dessa forma. A Sra. Cilmara coloca uma situação e pergunta para o
517 Sr. Amauri como seria resolvido se 50 (cinquenta) dos 400 (quatrocentos) acamados que necessitem de
518 uma cadeira de banho, ter um agente para auxiliar no banho, como que essa estratégia vai auxiliar na
519 noite, no caso da pessoa usar fralda como será orientada essa família. Sr. Amauri diz que nesses casos
520 terá que ter também o apoio da família, toda orientação será dada, não será possível ter um agente 24
521 (vinte e quatro) horas disponível, pois do contrario não haverá progressão no trabalho. Então será feita a
522 orientação e também a manutenção. Sra. Cilmara esclarece que às vezes até os médicos nos mandam
523 tomar uma pequena dose de antibiótico, acabamos tomando uma grande dose. Então muitas vezes a
524 orientação da equipe, a Sra. Cilmara relata que talvez não esteja no Conselho quando for implantado o
525 programa, mas diz que estará por perto e provavelmente algumas situações irão surgir. Está orientação se
526 possível fossem montadas até um contato via Whatsapp, para que tenha mais informações específicas um
527 lembrete alguma coisa assim sugere a Sra. Cilmara. Tenho receios, pois não é o médico que passou para
528 mim, muitas vezes por carinho ou afeição pelo familiar então acaba judiando ao invés de cuidar, então,
529 acredito nesse programa, vai liberar os leitos, nós teremos uma vantagem, mas temos que estar
530 redobrando a atenção para que não se torne um problema. Sr. Edson, a questão do pessoal que fica muito
531 tempo no hospital, o risco hospitalar é muito grande também, então estando em casa, com uma equipe
532 multidisciplinar dando as coordenadas, é melhor, não só com poder público, mas também como a família.
533 Existem alguns casos como a Sra. Cilmara falou, são pessoas relapsas, que não estão nem ai com seus
534 familiares, mas é a minoria. Sr. Ilson Vitório pergunta para o Sr. Secretário se a constituição dessa equipe,
535 é idêntica as demais. Sr. Amauri diz que não, pois nessa equipe vai ter um fisioterapeuta, enfermeiro e um
536 técnico em enfermagem. Sr. Ilson Vitório coloca que a outra equipe tem enfermeiro e técnico em
537 enfermagem também. Sr. André Luiz explica, o que ocorre é que a equipe do modelo do Ministério da
538 Saúde, é uma equipe grande onde tem médico, e outros profissionais, porém o recurso que vem para o
539 tamanho da equipe acaba que não supre, é a mesma coisa que você viu ali no PSF, 20% (vinte por cento)
540 do custo, o programa que querem que desenvolva, é com paciente de nível alto de dependência, por
541 exemplo, qual que é a intenção do projeto do município, é que esses pacientes tenham assistência uma vez
542 por semana sendo supervisionado e orientando a família para que a assistência seja contínua, hoje não é
543 com essa equipe que o Ministério da Saúde exige, o custeio que teríamos, de tesouro municipal, seria
544 muito grande para poucos pacientes que alcançaria, sendo com que essa equipe mínima que estamos
545 montando com o mesmo valor vamos conseguir fazer mais equipes e alcançar mais pacientes. Sr. Ilson
546 Vitório pergunta se não houve a possibilidade de um psicólogo na equipe. Sr. André Luiz responde que
547 não porque a equipe do Ministério não é um psicólogo por equipe, o psicólogo só entra no NASF que é
548 uma segunda equipe de apoio a quem presta o serviço, hoje quem faz as visitas é o ESF e continuará com
549 o mesmo papel, porém os pacientes terão mais visitas regulares de assistência de enfermagem e
550 fisioterapia de reabilitação. Sr. Adriano apresenta para os senhores Conselheiros, parte do cadastro, a
551 folha do programa que foi cadastrado junto ao site, site do sistema de apoio à implementação de políticas
552 de saúde, então essa senha hoje eu tenho acesso, o sistema hoje eu tenho acesso, cadastrei a proposta ela

tem um número, ela foi gerada em nº 109714 (cento e nove mil setecentos e quatorze), está com o status de enviada ao Ministério, então já foi apresentada a proposta para ser cadastrada, aguardando que os técnicos possam dar o parecer, então isso eu acompanho diariamente para ver se teve alguma alteração, que se eles solicitarem alguma adequação, alguma complementação eu possa estar inserindo os documentos, aqui está o nome do programa, habilitação para custeio, eles dão um valor fixo para nós de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Habilitação para custeio de equipe multiprofissional, de atenção domiciliar tipo ENAD I, então esse é o valor que está cadastrado e estamos aguardando o Ministério aprovar. Sra. Cilmara pergunta se já havia um longo tempo que o Sr. Adriano cadastrou a proposta. Sr. Adriano responde não, cadastrei recentemente, está sem a data que foi cadastrada, mas foi nesta semana mesmo. Outro credenciamento que fizemos no CAPS AD, eu vou falar um pouco sobre o que é o CAPS, Centro de Atenção Psicossocial nas suas diferentes modalidades, são pontos estratégicos da RAPS (Rede de Atenção Psicossocial). Essa rede hoje é conversada junto ao DRS, está interligando todos os municípios para diversos serviços, como CAPS infantil e CAPS AD. Serviços de saúde de caráter aberto comunitário, constituídos por equipe multiprofissional que atua sobre a ótica interdisciplinar e realiza prioritariamente atendimento as pessoas com sofrimento ou transtorno mental incluído aquelas com necessidades decorrentes de uso de "crack", álcool e outras drogas, em sua área territorial seja em situações de crise ou nos processos de reabilitação psicossocial que são substitutos ao modelo asilar. CAPS AD atende pessoas de todas as faixas etárias que apresentam intenso sofrimento psíquico decorrente ao uso de álcool e outras drogas, estabelecer laços sociais e proposta de vida. Essa proposta ela também gerou o nº 107621 (cento e sete mil seiscentos e vinte e um), hoje ela está constando como incompleta porque estamos aguardando que o Estado encaminhe para nós um relatório, já solicitamos e cobramos, então essa proposta foi cadastrada essa semana e agora estamos aguardando que o Estado nos envie esses documentos, todos os demais já estão inseridos como foi implantado na semana retrasada, não foi recente, estamos só aguardando o relatório para poder inserir e concluir a proposta. Tem um valor habilitação que é um valor de R\$ 39.780,00 (trinta e nove mil setecentos e oitenta reais). Então como falei, é um valor sempre de incentivo, pois R\$ 40.000 (quarenta mil reais), não custeia uma unidade de CAPS, então mais uma vez aqui comprova que esse município tem a coragem de implantar um programa como esse, essencial, de cunho necessário. Esse valor de R\$ 40.000 (quarenta mil reais) receberemos do Ministério, com o restante com certeza é o município que irá arcar. Sra. Cilmara pergunta para o Sr. Adriano qual seria a demanda do atendimento. Sr. Adriano diz que esses dados não estão com ele no Conselho e que faz parte das perguntas que estavam para ele responder. A Sra. Cilmara pergunta se pode solicitar um requerimento por e-mail. Sr. Adriano diz que pode então a Sra. Cilmara justifica que é interessante acompanhar se problemas com álcool e droga no município é crescente ou não. Sra. Adriano continua, explanando sobre o credenciamento da equipe do SAMU. O SAMU é um dos principais componentes da política nacional de atendimento as urgências, criada no Brasil em 2003 para a vida das pessoas e garantir a qualidade de atendimento no sistema único de saúde, segundo seus princípios e diretrizes devem coordenar meios, processos e fluxos que visam garantir a sobrevivência do paciente, interagindo com todos os componentes da rede assistencial local de saúde. O objetivo do programa é ampliar e organizar o acesso humanizado e integral dos usuários em situações de urgência e emergência através da integração de todos os componentes e serviço de saúde de forma ágil e adequada, priorizando as linhas de cuidado cardiovascular, cerebral, cerebrovascular e traumatologia instituindo o acolhimento com classificação de risco como linguagem única da rede. Implantado em Caraguatatuba o programa em 23/11/2010 com quatro equipes, sendo 3 (três) de suporte básico e 1 (uma) de suporte avançado que é a USA. O município pleiteou junto ao ministério da saúde a expansão da frota sendo que em 2019 (dois mil e nove) fomos contemplados com mais uma viatura de suporte básico. Para que possamos receber o custeio dessa equipe, apresentamos o projeto naquele sistema que disse para os senhores, no site e

Wilton Impm
Cilmara
A
J
F. J. M.
D

599 também estamos aguardando que o Ministério dê o parecer. Sr. Ilson Vitório se manifesta e pergunta se
600 tem algum vínculo com o Melhor em Casa. Sr. André Luiz diz que o vínculo está em rede, por exemplo,
601 Melhora em Casa, a equipe fora na residência cuida de um determinado paciente de nível de dependência
602 e foi identificada que ele tem um agravo à saúde que necessita de um atendimento de emergência, liga
603 para o SAMU, o SAMU leva o paciente para o UPA. Sr. André Luiz diz que antes de mandar a
604 ambulância o médico regulador pode ir orientando o enfermeiro e o técnico em enfermagem até a
605 chegada da ambulância. Sr. Ilson Vitório, se isso é no modo geral ou com equipe específica. Sr. André
606 Luiz responde que é no modo geral. Sr. Adriano continua a apresentação e diz que a proposta foi
607 cadastrada junto ao sistema do Ministério nº 107620 (cento e sete mil seiscentos e vinte), mostra como
608 enviada, porque ela foi finalizada hoje. Está sendo pleiteado um valor mensal de R\$ 13.125,00 (treze mil
609 cento e vinte e cinco reais). Novamente igual incentivo, pois cada equipe de suporte básico o Ministério
610 nos paga R\$ 13.000 (treze mil reais), é tripulada por 1 (um) motorista e 1 (um) técnico de enfermagem.
611 Sr. André Luiz pergunta para o Sr. Adriano se o valor está atualizado, pois nas novas portarias tinha valor
612 diferente, como R\$ 21.000 (vinte e um mil reais). Sr. Adriano diz que o valor é do CIB, então seria esse
613 valor que o Ministério vai pagar, com o motorista e técnico de enfermagem, e os gastos com a viatura,
614 equipamentos e medicamentos. Sr. André Luiz coloca que essa ambulância é básica que vai com o
615 motorista, o técnico de enfermagem e o socorrista, e tem a ambulância do suporte avançado que é a UTI
616 móvel, vai 1 (um) médico, 1 (um) enfermeiro e 1 (um) motorista com todos os equipamentos de uma UTI,
617 só o salário dos médicos é pago R\$ 88.000 (oitenta e oito mil reais) por mês, fora o salário do enfermeiro,
618 motorista 24 (vinte e quatro) horas, todos os equipamentos e materiais, exemplificando, nós chamamos de
619 placa que é um eletrodo de desfibrilador, para cada paciente que tem de ser desfibrilado custa R\$ 1.300
620 (mil e trezentos reais), usou em um paciente não pode usar em outro, então é assim, pagam R\$
621 45.000 (quarenta e cinco mil reais). Sr. Amauri coloca que quando se fala de ambulância é pensado em
622 uma ambulância simples que é 1 (um) motorista e 1 (um) auxiliar, mas não é não, são 4 (quatro)
623 motoristas, 2 (dois) de dia e 2 (dois) de noite, 2 (dois) técnicos de dia e 2 (dois) de noite mais o foguista,
624 são 10 (dez) pessoas que são pagas. Sr. Adriano relata que em 2010 (dois mil e dez) quando foram
625 implantar as linhas, não eram todos os municípios que queriam implantar. Ilhabela não tem o suporte
626 avançado. Sr. André complementa a fala do Sr. Adriano dizendo que em Ilhabela tem uma ambulância
627 UTI que faz remoção de hospital. Sr. Amauri, somos privilegiados, porque regiões do Estado, aquelas
628 cidadezinhas do norte que são todas pequenininhas eles tem um consórcio, a ambulância fica em uma
629 cidade. Sr. Mario Cesar de Souza coloca que isso acontece em Novo Horizonte. Sr. André Luiz diz que
630 Taubaté tem uma que se chama SIS SAMU e é um consórcio de 11 (onze) municípios do baixo Vale, e aí
631 tem 3 (três) unidades de suporte avançado. Sr. Adriano relembra um caso que aconteceu logo quando o
632 Governo Federal criou o programa, alguns municípios estavam com viaturas estocadas, estragando dentro
633 do pátio, pois o Ministério manda apenas a viatura, o carro, mas o gasto maior fica para o município. Hoje
634 temos a coragem de dizer que estamos implantando mais linhas e esperando receber um valor de R\$
635 13.000 (treze mil reais). Sr. Edson coloca que o Ministério não banca nem 10% (dez por cento) do valor
636 total. Sra. Cilmara pergunta onde é a base de regulação do SAMU. Sr. Adriano responde que é em São
637 Sebastião. Sra. Cilmara, questiona o motivo do no nosso município não ter. Sr. André Luiz relata que o
638 SAMU a partir de 2009 (dois mil e nove), não pode ser municipal, sempre teve que ser regional, o
639 Ministério não liberou, soltou uma portaria mudando a Política Nacional de Atendimento a Emergência
640 regionalizando o atendimento do SAMU. Com isso na época nenhum município queria dividir o custo da
641 Central de Regulação per capita, porque na central de regularização tem que ficar um médico 24 (vinte e
642 quatro) horas, 3 (três) atendentes, 1 (um) despachador de ocorrência, o salário do médico coordenador,
643 coordenador geral, coordenador de enfermagem. Então tem todos esses custos que estão em torno de R\$
644 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), por mês, só a Central de Regulação, aí o que aconteceu nenhum

[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page.]

645 município atendeu e quis aceitar per capita. Queríamos pegar e dividir esse custo pela população do
646 Litoral Norte, e cada município pagar aquele valor de acordo com o número de habitantes isso daria o
647 custo da Central de Regulação. Então São Sebastião custeou o valor da Central de Regulação, e os outros
648 municípios ficaram como bases descentralizadas, é o que está previsto na portaria. Hoje temos um grande
649 problema com isso, porque pode ter 10 (dez) ambulâncias de suporte básico disponíveis, se o médico
650 regulador não liberar a ambulância, não sai do lugar, a lei diz que a ambulância só pode ser despachada
651 por ordem médica, é conduta médica. O médico criou a ocorrência, ele é quem diz que hora a ambulância
652 sai se é prioridade ou não. Hoje o ideal seria Ubatuba se regionalizar com Caraguatatuba e Ilhabela com
653 São Sebastião, porque Caraguatatuba não conseguiu ter acesso à regulação, foram pedidas as cópias das
654 gravações e não mandam as cópias das gravações. Sr. André diz haver um problema sério das gravações,
655 se elas existem, porque a regulação médica, por lei, ela só pode ser feita com o ato de gravação contínua,
656 então assim não se sabe quanto ao telefone, mas o sistema de rádio comunicação que é por onde o médico
657 orienta os pacientes esse sistema não existe mais, perderam o contrato do rádio de comunicação. Se não
658 há rádio na parte do atendimento não está tendo gravação. O Sr. André Luiz diz também que depende que
659 o Município de São Sebastião faça a licitação e compre os rádios, justifica dizendo que ele não teria como
660 fazer isso, pois a central é em São Sebastião e não é um consórcio. Estava conversando com o Sr.
661 Secretário a respeito que no próximo ano pudéssemos levantar uma proposta para ser feito esse custeio
662 per capita, veja bem, aquilo que não pagamos não podemos reclamar pagamos a nossa ambulância e
663 nossos profissionais, damos treinamento, o Sr. André Luiz convida qualquer um dos Conselheiros a ir
664 conhecer, não falta uniforme para ninguém, tem pilha de uniforme, não falta equipamentos para os nossos
665 funcionários, então assim, agora em São Sebastião não temos controle do que acontece. Sra. Cilmara
666 coloca que não pagam, mas precisam. Sr. André Luiz diz que concorda com a Sra. Cilmara e logo em
667 seguida a Sra. Cilmara se manifesta dizendo que como os secretários são as partes mais elevadas,
668 deveriam se posicionar e ver isso, e que também cabe ao Conselho, já que a demanda aqui no município é
669 alta e a reclamação também, a demora do SAMU ou até mesmo não comparecer é que eles não estavam
670 sabendo por problemas de comunicação. Sr. André Luiz diz estar com uma situação difícil, que a base
671 não recebe o chamado, exemplifica que há alguns dias atrás uma vereadora ligou para ele e falou que
672 estava com uma pessoa e ela estava reclamando que a ambulância não foi ao local, a vereadora fez dois
673 requerimentos na Câmara, pedindo a gravação da conversa, ela disse para o Sr. André Luiz que uma
674 mulher estava em trabalho de parto, e falou que se a ambulância demorasse pra chegar, ela colocaria a
675 mulher no carro e seguiria para o hospital, o Sr. Adriano fala que disse para ela esperar um pouco e antes
676 de ligar para a Central ligou no SAMU de Caraguá, perguntou quantas ambulâncias tinham paradas,
677 responderam que as ambulâncias 7B, USA e 8 estavam, ou seja tinham 3 (três) ambulâncias paradas, a
678 vereadora precisando de uma no Perequê Mirim, depois o Sr. André Luiz diz que ligou na central, então
679 o doutor regulou e ele disse que teria que aguardar, logo após ligou para o médico coordenador que é o
680 Dr. Felix e o questionou se o doutor não havia dado uma ordem de que não era para segurar as
681 ambulâncias, o doutor chamou a atenção do pessoal, porém o Sr. André diz que após uma semana
682 acontece de novo. Sra. Cilmara diz que estive conversando com o vereador e solicita como pauta para a
683 próxima reunião que seja falada pelo Conselho sobre o assunto, que se trata da saúde, vemos que as
684 ambulâncias estão paradas e o município está precisando, mas não é que o nosso município está errado, a
685 companhia do SAMU não estão recebendo contato, sendo assim então, estão parados, se a central não
686 liberou não vai, então para se entender isso, solicito como pauta para a próxima reunião terá aqui uma
687 discussão e até passar uma deliberação para levar para o Conselho dos Secretários, esse é o nosso papel.
688 Sra. Presidente pergunta se os Srs. André Luiz e Sr. Amauri teriam como apresentarem os dados,
689 estatísticas e reclamações, pois seria feita pauta sobre e seria deliberado entre o Conselho. Coloca que
690 serão necessários os dados para todos tomarem conhecimento sobre, justifica que apenas tem

Impem
Amora
Adriano
Amara
Amara
Amara

691 conhecimento superficial e precisam de dados para ser avaliados. Sra. Cilmara diz que o SAMU de
 692 Caraguá não pode levar a culpa enorme de alguém falecer no meio do caminho, porque eles não
 693 receberam o chamado, há um erro de comunicação. Sr. André Luiz diz que há algumas pessoas que falam
 694 que o SAMU de Caraguá está uma vergonha, e os coitados aqui estão todos parados porque ninguém
 695 recebeu uma chamada, a justificativa que eles deram e não por escrito, eles foram à Câmara responder,
 696 mas não mandaram o documento para a Secretaria de Saúde. O médico regulador em conversa com o
 697 solicitante, disse que a ambulância estava empenhada, realmente as básicas estavam empenhadas, mas ele
 698 disse que se ele levasse de carro seria mais rápido, eles colocaram no carro e trouxe. Sr. Eduardo pergunta
 699 para o Sr. André Luiz se mostraram a gravação. Sr. Adriano responde que não. O Sr. Adriano diz para a
 700 Sra. Presidente que encerrou a apresentação. Sra. Presidente, bom essas são as representações que a gente
 701 está encaminhando junto ao Estado consequentemente junto ao Ministério da Saúde para começa a
 702 colocar em prática conforme o nosso Plano Municipal de Saúde, e conclui perguntando se alguém tem
 703 alguma dúvida. Sr. Ilson Vitório, eu gostaria de pedir deferimento para o encaminhamento desse arquivo.
 704 Sra. Presidente podemos encaminhar. Sra. Cilmara, foi aprovado o credenciamento? Sra. Presidente, diz
 705 que pode ser aprovado, e pergunta se alguém tem alguma objeção sobre a aprovação dos
 706 credenciamentos. Então é APROVADO por UNANIMIDADE. **Segunda pauta. Recursos Humanos e**
 707 **Folha de Pagamento**, eu só queria fazer uma colocação até porque no começo da reunião tivemos esse
 708 questionamento e aí eu quero falar um pouquinho sobre isso e pedir a permissão da plenária para a gente
 709 falar, para a gente esclarecer porque na rede social o pessoal vive pontuado que o Conselho esta ilegal,
 710 que o Conselho não é legítimo, que as decisões do Conselho não são legítimas e que tem problemas de
 711 vacância, até no início falou quem saiu e quem ficou. Então eu queria mostrar para vocês para gente ficar
 712 claro e para nos orientarmos e não falarmos besteira. Poder Público, nos temos titulares Sr. Amauri, Sra.
 713 Priscila e Sr. André, então são 3 (três) titulares, 3 (três) suplentes, Sra. Derci, Sr. Adriano e Sr. Fabio ,
 714 prestador filantrópico temos só a Sra. Ellen Rose Martins que é a titular, estamos sem a suplente pois ela
 715 saiu da instituição, prestador privado do hospital dos olhos é a PRONESP, o titular tinha saído e o
 716 suplente que é o Sr. Benedito que o Sr. Ilson Vitório falou, nunca apareceu e também nunca deu as acaras,
 717 então prestador privado é 0 (zero) titular e 0 (zero) suplente certo, profissional do SUS temos a Sra. Maria
 718 do Amparo, nós temos um problema com a Ceci como todos lembram mas ela ainda é considerada
 719 suplente, Sra. Erica de Cássia Perrone e Sra. Ana Aparecida Fernandes, temos 3 (três) titulares e a Sra.
 720 Ceci de suplente, considerando que ela é titular de fato pois ela ganhou mas temos aquele problema então
 721 aqui estou considerando ela como suplente, profissional privado nos tínhamos o Sr. do São Camilo que
 722 nem temos mais o nome dele aqui, pois ele faleceu e a Dra. Leonor também nunca pareceu, então temos 0
 723 (zero) titular e 0 (zero) suplente, então esse bloco que é considerado Poder Público que é 50% (cinquenta
 724 por cento), nos temos 7 (sete) titulares e 4 (quatro) suplentes depois nos temos outro bloco que é 50%
 725 (cinquenta por cento), 25% (vinte e cinco por cento) e 25% (vinte e cinco por cento) que é dos usuários e
 726 a sociedade civil organizada, representante de entidade, nos temos a pastoral da criança. Titular Sr. José
 727 Aparecido e a Sra. Julia como suplente. Depois nos temos a Sociedade de Amigos de Bairro titular Sra.
 728 Cilmara e também estamos com um problema com a Sra. Sonia, então ela está como suplente. Sociedade
 729 da Deficiência e Patologias Titular Sr. Mario Penteado e a Sra. Sonia Vitor da APAE como Suplente.
 730 Associações Sindicatos de Empregados que inicialmente era do ASMUC que abandonou, que era o Sr.
 731 Joel que foi destituído, 0 (zero) titular e 0 (zero) suplente. Conselho Gestores de Unidades Sr. Ilson
 732 Vitório como titular e Sr. Edson Mendes, então temos 2 (dois) titulares e Sr. Guaraci como suplente. Sr.
 733 Ilson Vitório, nobre presidente eu só queria retificar que o Sr. Alexandre foi destituído que nunca
 734 apareceu lá, só pra deixar bem claro. Sra. Presidente ta eu não estou nem considerando ele nessa conta
 735 aqui. O Sr. Guaraci não saiu nem foi destituído, está afastado. Sr. Ilson Vitório, ele vai ficar afastado ate
 736 Dezembro não é? Sra. Presidente, sim, ele pediu 3(três) meses e se ele não aparecer na próxima reunião e

Handwritten signatures and notes at the bottom of the page, including "mamam", "Cilmara", and various illegible signatures.

737 nós ainda tivermos no nosso mandato ai sim ele será destituído, ate então ele é afastado não posso por
 738 outro no lugar, logo ele existe. Sr. Ilson Vitório não deveria ter um suplente dele. Sra. Presidente não
 739 temos um suplente dele. Sr. Ilson Vitório tá bom então não pode considerar ele. Sra. Presidente sim o
 740 considero como suplente. Sr. Ilson Vitório eu entendo que não. Sra. Presidente, nós vamos considerar ele
 741 como suplente, porque ele existe, então um suplente aqui. Sr. Ilson Vitório eu entendo que não. Sra.
 742 Presidente, aposentados temos a Sra. Nilma como titular e Sra. Cida como suplente. PATRONAL na
 743 associação e sindicatos Sr. Eduardo como titular e Sr. Milton como suplente. Movimentos e Clube Sociais
 744 a titular que saiu e ficou a Sra. Edna como titular e 0 (zero) suplente. Temos no total 8 (oito) titulares e 6
 745 (seis) suplentes. Nossa composição do Conselho, os 50% (cinquenta por cento) do poder público e os
 746 50% (cinquenta por cento) da sociedade civil organizada, aos outros 50% (cinquenta por cento) ele está
 747 em maioria seja nos titulares, seja nos suplentes. Então é para o povo para de falar que estamos ilegais e
 748 que temos que ser destituído, eu já ouvi isso, já recebi um requerimento da Ouvidoria, recebi hoje e
 749 acabei não trazendo para o Conselho. A Sra. Silvia Maria dos Santos ela entrou na Ouvidoria do
 750 Ministério da Saúde e ela diz que o Conselho de Saúde ele é irregular e que todas as nossas ações aqui
 751 deveriam ser cassadas e pede informações que nos deveríamos ser destituídos e eu vou responder para o
 752 Ministério da Saúde. Então essa é a nossa composição no 13/11/19. Sra. Cilmara, Sra. Presidente nos
 753 estamos com 15 (quinze) titulares e 10 (dez) suplentes o normal seria? Sra. Presidente, sendo que a
 754 sociedade civil está com 1 (um) titular a mais porque o bloco é 50% (cinquenta por cento). Sra. Cilmara,
 755 então o normal seria 20 (vinte)? Sra. Presidente, sim seriam 20 (vinte). Sr. Ilson Vitório, ai em cima a Sra.
 756 não considerou o Sr. Alexandre né, só para ratificar. Sra. Presidente, ele já não está sendo considerado.
 757 Sr. Ilson Vitório então temos apenas antagonismo no caso do Sr. Guaraci. Sra. Presidente, mas o Sr.
 758 Guaraci ele está sendo considerado como suplente, suplente aqui, tem 8 (oito) titulares da sociedade civil
 759 organizada e tem 7 (sete) titulares do poder público, então o bloco da sociedade civil está a mais dentro
 760 do Conselho Municipal de Saúde, e nos suplentes também, a sociedade civil tem 6 (seis) suplentes e o
 761 poder público 4 (quatro), então a sociedade civil, dentro do Conselho Municipal de Saúde, está em
 762 maioria por cima do poder público. Tem que ter 50% (cinquenta por cento) e 50% (cinquenta por cento),
 763 são 10 (dez) do poder público, 10 (dez) titulares e 10 (dez) suplentes, da sociedade civil e 10 (dez)
 764 suplentes e 10 (dez) titulares, nos do poder público, temos a vacância do trabalhador, representante do
 765 trabalhador do SUS da rede privada, que seria o hospital dos olhos ou PRONESP, eles saíram, então não
 766 temos titular e nem suplente, depois tem da filantropia que é a Santa Casa, tem só titulares não tem
 767 suplente. Então é esse o que está prejudicado na parte do poder público, depois tem o trabalhador do
 768 serviço público na rede privada, que é o São Camilo, era o senhor que faleceu e a Dra. Leonor que
 769 também não apareceu mais, isso entra no bloco do poder público então a gente tem uma vacância no
 770 poder público do Prestador do SUS da rede privada e do trabalhador do SUS na rede privada. São duas
 771 vagas e depois temos a vacância no trabalhador também, são 3 (três) que completariam os 10 (dez)
 772 membros, da rede dos usuários sociedade civil organizada temos vacância da associação de amigos de
 773 bairro, porque são 2 (duas) vagas de titulares e 2 (duas) de suplentes, porém, nós temos o problema da Sr.
 774 Sonia Fante, ela teria que ser a titular também, então tem que ser 2 (dois) titulares e 0 (zero) suplente, mas
 775 na época foi feito errado que é a mesma coisa da Sra. Ceci. Sra. Cilmara pergunta se a Sra. Sonia Fante
 776 teve menos voto, no dia da votação. Sra. Presidente, diz que ela é suplente, mas na organização teria que
 777 colocar o primeiro suplente, segundo suplente e terceiro suplente e não abaixo de alguém, se esse alguém
 778 que nunca sai no caso, a Sra. Cilmara, ela nunca assume e o outro que era o titular saiu, ela poderia ter
 779 ficado na vaga se tivesse sido colocado corretamente. Sra. Cilmara coloca que removeram a inscrição de
 780 mais um. Sr. Edson justifica que foi corrigido. Sra. Presidente diz que sim e que ela ficaria como titular.
 781 Sr. Edson coloca novamente que foi corrigido no regimento isso. Sra. Presidente relata que esse problema
 782 foi detectado pela comissão, tanto com a Sra. Sonia Fante como a Sra. Ceci, no processo eleitoral e já foi

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in blue ink. From left to right, there is a signature that appears to be 'Cilmara', followed by 'Sonia Fante', a large stylized 'A', another signature, and finally a signature that looks like 'Ceci'. There are also some smaller, less legible marks and initials scattered around.

783 corrigido, tivemos todo o cuidado de velar os titulares, o primeiro, segundo e terceiro suplente, é um
784 detalhe que a comissão já teve na questão do processo eleitoral. Sr. Ilson Vitório explana para os
785 Conselheiros que o titular presidente do São Camilo, é o Sr. Gilberto, apenas para lembrar o nome. Sra.
786 Cilmara pergunta para a Sra. Presidente, não vem ao caso, mas vou fazer uma pergunta, através do
787 Conselho foi encaminhado para a Comissão de Ética, ela não perdeu o efeito. Sra. Presidente diz que é a
788 Comissão quem vai prestar conta, porque inclusive no Código de Ética a Comissão tem que prestar conta
789 do seus atos, coloca também que só para ficar claro, que se ilustrar que teve a discussão no começo da
790 reunião, e está com o requerimento da Sra. Silvia Maria para responder no outro dia. O Sr. Dadinho
791 também publicou nas redes sociais que o Conselho era ilegítimo, teve uma postagem do Sr. José Luiz das
792 Neves que falou que impugnaria a eleição, pois o Conselho não era legítimo, então assim para ficar claro
793 para os Conselheiros, somos legítimos sim, e ainda mostrando que o poder público é achacado, somos
794 achacado pela opinião pública, dizem que o poder público manda aqui no Conselho, faz e desfaz tudo,
795 então para ficar claro que quem é a maioria aqui são os usuários, a sociedade civil organizada. Sr. Edson
796 diz que quem está levando mais prejuízo na realidade são os profissionais da saúde, o poder público tem 4
797 (quatro) membros, esta faltando 1 (um) que é do setor privado, agora os profissionais tem apenas 3 (três)
798 membros que seriam 5 (cinco), 5 (cinco) do setor privado e 3 (três) dos profissionais da saúde e 10 (dez)
799 da sociedade civil organizada, na sociedade civil organizada faltam 2 (dois) dos trabalhadores. Sra.
800 Presidente da continuidade na leitura das pauta. **Recursos Humanos Folha de Pagamento Segundo**
801 **Quadrimestre Maio/Agosto.** Sra. Presidente fala são duas Atas, uma do dia 11/10/19. A Sra. Presidente
802 faz a leitura da Primeira Ata do dia 11/10/19 referente a folha de pagamento referente a Maio e Junho de
803 2019. Sra. Cilmara diz que não tem a Ata que está sendo lida pela Sra. Presidente, justifica dizendo que
804 está com uma diferente. Sra. Presidente fala para a Sra. Cilmara que são duas Atas da Comissão, a Ata do
805 dia 11/10/19 e 24/10/19. Sra. Cilmara com a ajuda da Sra. Nádia acha a Ata referente à leitura da Sra.
806 Presidente. Sra. Presidente continua com a leitura da Ata. Após terminar a leitura da Ata do dia 11/10/19,
807 inicia a leitura da Ata do dia 24/10/19 referente à folha de pagamento de Julho a Agosto. Após terminar a
808 leitura, a Sra. Presidente pergunta para os Srs. Conselheiros se tem alguma duvida referente as Atas. A
809 Sra. Cilmara se manifesta e pergunta para a Sra. Presidente se houve algum problema de transmitir a
810 documentação para a Comissão, se tiveram que fazer tudo no mesmo mês. Sra. Presidente diz que não
811 houve problema algum, diz que ela olha por quadrimestre, olhando dois em dois meses, a Sra. Cilmara faz
812 outra pergunta para a Sra. Presidente sobre o plano de cargos e carreira pois estão findando o ano e diz
813 parecer que a gestão vai acabar e nada vai acontecer. A Sra. Presidente responde para a Sra. Cilmara que
814 a ultima resposta oficial da Secretaria que a Comissão teve e requereu, foi que eles estavam aguardando o
815 ofício das outras Secretarias para compor a tal comissão aonde vai dar início a inauguração do plano de
816 cargos e carreira e isso foi respondido para a nós há um mês e meio atrás. Sra. Cilmara diz que o
817 Conselho se posicionou também teve uma na saúde e outra no município, então duas situações
818 conflitantes na visão. Sra. Presidente diz que é a última notícia que a Comissão tem. Sra. Cilmara
819 pergunta se a resposta já foi mandada para exposição no gabinete. Sr. Edson pede a palavra para a Sra.
820 Presidente e diz que a planilha está certa, porém esta faltando a parte de baixo dela, a parte que faz a
821 movimentação de funcionários, a quantidade que saiu, a quantidade que entrou, quem tem gratificação e
822 está faltando que os Conselheiros tem discutido nas Comissões da movimentação da folha, não a
823 movimentação em dinheiro, mas a movimentação de funcionários se saiu, entrou ou aposentou, coloca
824 também que ele faz parte dos usuários, gostaria de defender os funcionários e trabalhador, pois o Sr.
825 Adriano e a Sra. Ceci eles não tem faltado, conferido valor por valor, e eu tenho me responsabilizado
826 pelos valores globais dos setores, o Sr. Adriano e a Sra. Ceci fiscalizam funcionários por funcionários
827 para ver se houve movimentações de valores estranhos. E a Sra. Paula também que vem sempre servindo
828 a nós com boa vontade e isso é legal, e os Srs. podem ver que os valores oscilam pouco por causa do

829 décimo terceiro e férias, mas nunca passa muito desse valor. Sra. Presidente diz que o valor varia de R\$
830 3.100.000,00 (três milhões e cem mil) a R\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil). Sr. Ilson Vitorio
831 diz que gostaria de propor que mais pra frente seja criado se possível uma coluna para que fossem
832 incluídas as gratificações, as FG's, para que possa ser colocado um percentual em relação à folha de
833 pagamento, uma proposta que está propondo. Sra. Presidente pede para o Sr. Ilson Vitorio especificar
834 melhor a sua proposta. Sr. Ilson Vitorio explica que se falam muito em gratificação, da forma que o
835 senhor falou, falam-se no modo em questão da regularidade "do nós", e também se falam muito em
836 qualquer coisinha, já falam que está dando gratificação demasiadamente para esse ou para aquele, está
837 tratando esse com carinho e aquele está apoiando, falando mais forte porque esta recebendo gratificação
838 exacerbada, diante disso não há nada melhor e também não tem o porquê negar essa informação, que
839 tragam na folha a prestação de conta do salário uma informações do total de gratificações, das FG's. Sra.
840 Presidente, então a questão de criar mais uma coluna, de encargo, gratificações e funções gratificadas ela
841 não vai retratar na sua fidelidade o que é ou não, porque nós hoje temos várias situações dentro da
842 Secretaria que a gratificação e a produtividade está respaldada na portaria, então por exemplo, a vigilância
843 epidemiológica e vigilância sanitária, a gente tem um implemento do Ministério da Saúde para poder dar
844 o repasse a mais para os funcionários que atuam, porém isso vai entrar como encargo, como gratificação.
845 Sr. Ilson Vitorio diz que independente dessa explicação da Sra. Presidente ele gostaria muito que a
846 Comissão estudasse e visse a viabilidade de incluir, a pedido do representante do segmento da sociedade
847 civil organizada. Sr. Edson, diz existe isso aí, isso é um quadro que foi feito em cima da folha toda
848 analítica e a folha toda analítica já existe as funções gratificadas e a gratificação específica o Sr. Adriano
849 sabe muito bem ele e a Sra. Ceci, eles conferem valor por valor da gratificação minuciosamente, então
850 sintetizamos tudo nesse quadro que já tem, mas para chegar ao quadro já foi fiscalizado pela Comissão.
851 Sr. Adriano, e todas essas dúvidas que temos sanamos na hora, mas quando tem algo que nos chama a
852 atenção pedimos para nos explicar, aí tudo bem, no meu ponto de vista como membro da comissão não
853 vejo realmente necessidade, vamos discutir sim e analisar, mas como eu disse a Sra. Paula sana todas as
854 nossas dúvidas, todas as nossas solicitações nessa planilha, se nós formos ver era a primeira, sei lá três ou
855 dois quadradinhos agora já é grande, traz várias informações, nós olhamos detalhadamente, eu deixo a
856 minha opinião. Sra. Presidente eu acho que o fato de criarmos mais uma coluna aqui, ela não vai refletir o
857 que realmente é o percentual ou não, porque assim o fato de falar que tem 10 (dez), 20 (vinte) ou 30%
858 (trinta por cento) a mais tem respaldo em portaria estadual, federal, repasse de recurso, serviço
859 diferenciados que não quer dizer que exista favorecimento proporcional, isso não vai ter como dizer, olha
860 a saúde emprega 50% (cinquenta por cento) de gratificação ou função gratificada, não é verdade porque
861 existe cada caso um caso, vou até citar o exemplo do nosso vereador, ele é motorista da SAMU, existe um
862 recurso do Ministério da Saúde que dá para os profissionais que atuam no SAMU como implemento
863 salarial, então só o fato dele estar ali, historicamente mesmo antes de ele ser vereador ele já fazia parte do
864 SAMU, já tinha o valor diferenciado, então não quer dizer que ele ganha esse implemento porque ele é
865 "loiro, azul, amarelo". Sr. Ilson Vitorio coloca que não é o do SAMU é da ambulância. Sra. Presidente
866 diz, mas ele recebe o recurso do Ministério para fazer implementação no salário, então não é por suas
867 características, fato de colocar uma coluna na planilha, ela não vai ser verídica, ela não vai retratar o valor
868 em cima da folha de pagamento que é a pergunta inicial do senhor. Sra. Cilmar, Sra. Presidente o
869 gabinete do COMUS está nas duas análises constando 2 (dois) funcionários no gabinete do COMUS. Sra.
870 Presidente afirma que são 2 (dois). Sra. Cilmar diz que vê só 1 (um), mas agora que entrou outro. Sra.
871 Presidente fala que no período de Maio, Junho, Julho e Agosto eram apenas dois, A Sra. Samia e Sra.
872 Simone, a Sra. Simone se desligou no final de Julho, se desligou assim, ela estava de férias, no começo de
873 setembro ela se desligou oficialmente. Sra. Cilmar diz que só vê a Sra. Nadia Sra. Presidente diz que, se
874 repararam no começo da reunião tinha um jovem que é o Robert, ele é estagiário e está trabalhando na

875 parte da manhã das 8h00 às 14h00, já esta conosco faz 20 (vinte) dias. Sra. Cilmara agradece a Sra.
876 Presidente e diz que estava difícil a Sra. Nádia atender todos os Conselheiros. Sra. Maria do Amparo
877 pergunta se tem mais alguma votação. A Sra. Presidente diz que sim e pergunta para os Srs. Conselheiros
878 se pode ser dar a Ata como aprovada. Sr. Ilson Vitório diz que volta com ressalva. Sra. Cilmara pergunta
879 se a Sra. Sonia assinou a Ata original. Sra. Presidente pergunta para o Sr. Ilson Vitório se ele está fazendo
880 um pedido para a próxima Ata. Sr. Ilson Vitório confirma. Sr. Amauri vota a favor, justifica que está bem
881 feita, e sempre é feito o que é pedido. Sr. Ilson Vitório diz que também concorda com o Sr. Amauri, mas
882 tem o direito de votar contra. Sra. Cilmara pergunta se a assinatura da Sra. Sonia está na Ata original, pois
883 na que foi aos Conselheiros não esta. Sra. Nádia diz a Sra. Cilmara que a Sra. Sonia estava ausente e ligou
884 para o Sr. Edson para confirmar. Sra. Presidente faz uma votação nominal para a aprovação da Ata. Votos
885 FAVORÁVEIS: Sr. Amauri, Sr. André Luiz, Sra. Priscila, Sr. Edson, Sra. Maria do Amparo, Sr. José
886 Aparecido, Sr. Mario, Sra. Cida, Sr. Eduardo, Sra. Cilmara (com ressalva) e Sr. Ilson Vitório (com
887 ressalva). Votos CONTRÁRIOS: nenhum. A Sra. Presidente finaliza a votação, e a Ata é aprovada por
888 UNANIMIDADE. Sra. Presidente diz que ainda resta mais uma pauta, o Sr. Amauri se manifesta e diz
889 que sente muito mais não poderá participar pois tem consulta e não pode perder, então a Sra. Presidente
890 pergunta para os Srs. Conselheiros quem irá continuar e quem vai sair, o Sr. Eduardo expõe que precisa
891 fazer uma declaração antes que dos Conselheiros partirem. Relata sobre o laboratório ECORAD de São
892 Sebastião, diz que já esteve nesse laboratório para fazer um exame eletrocardiograma, que foi notificado
893 no dia 05/11/19 para comparecer no posto de saúde, pois tinha uma colonoscopia no dia 09/11/19, diz ter
894 sido muito rápido, pois sempre que é agendado um exame é para o mês que vem, estava marcada para as
895 14h30, que dispensou a van que o levaria para o laboratório e sairia as 12h00 da UBS Morro do Algodão
896 e foi no próprio carro com a esposa e um amigo, diz que das 14h30 só foi atendido as 17h00 e ficou sem
897 se alimentar ou tomar qualquer líquido desde as 11h00, segunda a recomendação, após o exame, segundo
898 o papel que a ECORAD forneceu, os pacientes deveriam ficar em um quarto repousando por volta de 40
899 minutos até passar o efeito da anestesia, explana que reclamou do atendimento, pois isso não aconteceu,
900 diz que ficou sentado numa cadeira na sala de espera. Diz que a ECORAD não tem condição de atender o
901 número de pacientes que são agendados para o mesmo dia, pois os pacientes tem que esperar em pé e são
902 obrigados a ter um acompanhante, sendo assim duplica as pessoas dentro da sala de espera, diz não saber
903 como aquele laboratório tem alvará de funcionamento, coloca que o laboratório não tem condições de
904 atender o público. Relata que teve sua veia furada para ser colocado soro com anestesia, porém não
905 fizeram curativo, então saiu com o braço escorrendo sangue, relata que presenciou alguns pacientes que,
906 enquanto estavam na cadeira da sala de espera, estavam segurando o soro com uma mão para cima e no
907 outro lado estava o braço com o acesso aplicado, diz que a Secretaria paga o laboratório para atender os
908 pacientes com excelência, pois são procedimentos que são exigidos por lei, que a ECORAD descumpre
909 todos, diz que o corredor deles é extremamente pequeno, com aproximadamente 90 (noventa) centímetros
910 e com uma fila de 4 (quatro) cadeiras, que já foi falado no Conselho em outra ocasião que o corredor
911 deveria ter um espaço livre de 1,20 (um vírgula vinte) metros, e tem fotos, diz que posteriormente irá
912 fazer um ofício e encaminhar para a Secretaria, o caso ocorreu no sábado e o Sr. Eduardo diz que não teve
913 tempo ainda de fazer, pois esta com muitos problemas. O Sr. Eduardo diz que já foi solicitado e que vai
914 solicitar novamente através de ofício que seja apresentado o contrato da ECORAD para o Conselho e os
915 detalhes dos procedimentos que devem estar no contrato, os quais não são cumpridos pela parte deles. A
916 Sra. Presidente pergunta para o Sr. Eduardo em qual clínica ele teria ido, o Sr. Eduardo diz que foi na que
917 fica no hospital, que parece ser o fundo do hospital, e diz que se eles apresentam uma clínica e atendem
918 em outro lugar diz não conhecer até que ponto vai a legalidade disso. Sr. André Luiz se manifesta e diz
919 que infelizmente o processo licitatório é analisado a documentação. Sr. Eduardo interpola o Sr. André e
920 diz que não está com a intenção de discutir. Sr. André Luiz se manifesta novamente e diz saber, só queria

Assinatura de Sra. Nádia

Assinatura de Sr. Amauri

921 pegar um “gancho” que seria interessante, se os Conselheiros pudessem ser consultados, pois os
922 Conselheiros já tiveram problemas com outros contratos também. O Sr. Eduardo interpola o Sr. André
923 Luiz e diz que quem poderia dar maior informação para o Sr. André Luiz seria a motorista da van, pois
924 ela está lá todos os dias levando e trazendo pessoas, como ela está indo todos os dias para lá, acaba
925 formando uma amizade e sendo assim o Sr. Eduardo conclui que a motorista da van tem muito mais
926 informação do que ele. Diz ainda que quando saiu da sala, diz que sentiu vontade de ir ao banheiro então
927 o trouxeram uma cadeira de rodas e foi ao banheiro, diz que tinha uma cadeira de rodas estacionada no
928 acesso ao banheiro masculino, o Sr. Eduardo diz ter fotos do que esta falando, relata que na situação que
929 ele estava, entrou no banheiro feminino, que a clínica não tem nem lugar para estacionar as cadeiras de
930 rodas. Relata ainda que quando entrou na sala para fazer o exame deixou sua pasta e seus óculos com sua
931 esposa, na hora que entrou na sala lembrou que se esqueceu de deixar a carteira com a esposa também,
932 mas a enfermeira disse que a carteira não ia interferir em nada, disse que quando saiu do exame
933 desnorteado, relata ter sentido a mão da enfermeira no bolso e falou que a carteira dele estava caindo,
934 então o Sr. Eduardo diz que só verificou a carteira no domingo à noite e sentiu falta do seu dinheiro, diz
935 que não está acusando a ECORAD de roubo, pois não tem provas, apenas está falando de um fato que foi
936 constatado, que os profissionais que estavam naquela sala subtraíram o dinheiro que tinha na sua carteira,
937 que a única explicação que achou foi essa, que nem sabe se no ofício pode citar isso. Sr. Amauri se
938 manifesta e diz para o Sr. Eduardo deve citar absolutamente tudo. Sr. Eduardo diz que irá citar, diz
939 também que havia duas enfermeiras e um médico no aparelho, diz que como já tinha se passado mais de
940 24 horas não fez o boletim de ocorrência e diz também que se reclamasse na hora, ia ser a palavra dele
941 contra a das pessoas presentes na sala. Sra. Presidente pergunta para o Sr. Eduardo se após o exame,
942 colocaram-no deitado. Sr. Eduardo diz que não, que o procedimento deles no papel fornecido fala de ficar
943 deitado, mas não tem lugar para ficar deitado. Sra. Presidente pergunta se o Sr. Eduardo ficou sentado
944 esperando. Sr. Eduardo diz que ficou sentado esperando. Sr. Edson diz que diante do depoimento do
945 nobre Conselheiro, gostaria de propor que nós Conselheiros fizéssemos uma Comissão, com 1 (um)
946 representante do gestor, 1 (um) do trabalhador e 1 (um) representante dos usuários para fazermos uma
947 visita, uma fiscalização no lugar onde houve toda essa denúncia, não falei em si do dinheiro que também
948 é muito grave, mas da instalações e do atendimento aos nossos usuários, o Poder Público está pagando
949 bem então porque ainda temos esse descaso com nossos usuários, diz então que quer propor isso, fazendo
950 um memorial descrevendo tudo que tem e tudo o que falta para podermos rever esse contrato ou chamar o
951 dono da empresa para que ele melhore todo tipo de coisa, só não se pode parar esse trabalho em
952 detrimento a uma empresa que não está cumprindo com suas obrigações. Sra. Cilmar, hoje o Sr. Eduardo
953 fez uma denúncia formalizada no pleno porque ele não está contando para vizinho, está contando para o
954 Conselho então o Conselho terá que se posicionar e se informar mesmo. Sr. Ilson Vitório, como o senhor
955 já trouxe essa reclamação através da viva voz do Conselheiro Gestor, o péssimo atendimento que dão para
956 os nossos usuários SUS, que se deslocam daqui, que alguns tiveram que chegaram lá, e o medico não
957 estava e foram embora, a senhora lembra-se disso, que trouxemos ao público também, então quero
958 registrar os meus protestos de indignação pelo total desrespeito dessa empresa contratada que deve ser
959 avaliada inclusive pela gestão atual, que deve ser mantido o contrato com ela ou não, faço as palavras do
960 Sr. Eduardo as minhas palavras, se um conselheiro viveu isso imagina um usuário que vive no dia a dia,
961 diz esta de acordo com qualquer providência tomada, pois a empresa deve responder por esse ilícito
962 cometido em relação aquilo que foi pago pelo erário público em favor do usuário SUS do município. Sr.
963 André Luiz diz que o contrato com a ECORAD está vencido e a empresa está operando com saldo de
964 autorização de fornecimento. Sra. Cilmar questiona se o contrato será renovado. Sr. André responde que
965 não porque é pregão, contrato de 12 meses e diz que quando se fala em pregão você não renova se faz um
966 novo, abre um novo pregão onde eles até podem concorrer, mas baseado nessas informações pode sair do

967 Conselho uma informação e no dia do pregão ele pode até ser impugnado. Sra. Maria Aparecida Waack
 968 pergunta se ele é o único que presta esse serviço e a Sra. Presidente responde que não. Sra. Maria
 969 Aparecida Waack pergunta ainda quais são os exames feitos e a Sra. Presidente responde que eles fazem
 970 eletrocardiograma, eletroencefalograma, eletroneuromiografia, colonoscopia, tomografia, eles fazem
 971 vários exames lá. A Sra. Presidente diz que quer fazer uma proposta, inicia dizendo que a questão da
 972 denúncia, ela no pleno, por si só já é uma denúncia e solicita ao Sr. Eduardo que mande as fotos para
 973 serem anexadas, e propõe para o pleno montar uma Comissão para poder visitar in loco, diante das fotos,
 974 e depois essa Comissão faz um relatório e traz para o Conselho, para o pleno, e encaminha para a
 975 Secretaria para que está tome as devidas providências nos contratos vigentes ou uma outra contratação
 976 futura. Sra. Cilmara questiona se a contratação só pode ser feita na modalidade pregão, já que é uma
 977 necessidade do município e a Sra. Presidente diz que essa é a modalidade da contratação agora, que está
 978 vencida e a empresa só está operando para terminar com o saldo da AF (autorização de fornecimento),
 979 Sra. Cilmara questiona ainda se é possível mudar o tipo contratação para contratações futuras, A Sra.
 980 Presidente diz que sim, que há outros tipos de contratação e pode mudar para contratações futuras. Sra.
 981 Maria Aparecida Waack pergunta se não haverá nenhuma votação e a Sra. Presidente diz que somente a
 982 votação de quem quer compor essa Comissão. Sr. Edson questiona se a Comissão não vai sair das fotos
 983 que serão enviadas pelo Sr. Eduardo para serem analisadas primeiro, a Sra. Presidente diz que sim. Não
 984 houve votação. Sr. Eduardo pergunta se pode enviar as fotos via Whatspp e a Sra. Presidente diz que sim.
 985 Sra. Cilmara questiona se não será falado da LOAS e a Sra. Presidente diz que não, que o documento
 986 enviado foi o documento solicitado pelo Conselho referente a apresentação da Sra. Elizabeth. A
 987 Presidente agradece a presença de todos e encerra a reunião às 17 horas. Eu Nádia Renó Leopoldino
 988 lavrei a presente ata que segue para leitura e aprovação de todos.

989 Sr. Amauri Barboza Toledo (titular)

990 Sra. Derci de Fátima Andolfo (suplente)

AUSENTE

991 Sr. André Luís da Silva Leandro (titular)

992 Sr. Adriano Fernandes Gazalli (suplente)

993 Sra. Priscila Meyer (titular)

994 Sr. Fábio de Souza Cabral (suplente)

995 Sra. Elen Rosi Martins (titular)

996 Sra. Débora Santos de Brito (Suplente)

AUSENTE

997 Sr. Benedito Raphael Rodrigues Neto (suplente)

AUSENTE

998 Sra. Maria do Amparo de M. Manoukian (titular)

999 Sra. Ceci Oliveira Penteado (suplente)

1000 Sra. Érica de Cássia Perroni (suplente)

AUSENTE

1001 Sra. Ana Aparecida Fernandes (suplente)

AUSENTE

1002 Sra. Leonor Diniz Santos Ferreira (suplente)

AUSENTE

1003 Sr. José Aparecido dos Santos (titular)

1004 Sra. Julia de Fátima Umbelino (suplente)

AUSENTE

1005 Sra. Cilmara de Oliveira dos Santos (titular)

1006 Sra. Sônia Maria Fante (suplente)

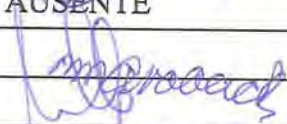
AUSENTE

1007 Sr. Mário Penteado (titular)

1008 Sra. Sônia Maria Vitor (suplente)

AUSENTE

1009 Sr. Ilson Vitório de Souza (titular)

1010	Sr. Guaracy Alves de Alcântara (suplente)	AUSENTE
1011	Sr. Edson Mendes do Amaral (titular)	
1012	Sra. Nilma da Silva Spranger (titular)	AUSENTE
1013	Sra. Maria Aparecida Waack (suplente)	
1014	Sr. Eduardo Meirelles (titular)	
1015	Sr. Nilton de Oliveira e Silva (suplente)	AUSENTE
1016	Sra. Edna Ueda Yoshimoto (suplente)	AUSENTE

